

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

GABRIELA SANTOS PLENTZ

PERIFERIA EM PAUTA: as margens dos critérios de noticiabilidade no Rádio.

PORTO ALEGRE

2020

GABRIELA SANTOS PLENTZ

PERIFERIA EM PAUTA: as margens dos critérios de noticiabilidade no Rádio.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dra. Sandra de Fatima
Batista de Deus.

PORTO ALEGRE

2020

GABRIELA SANTOS PLENTZ

PERIFERIA EM PAUTA: as margens dos critérios de noticiabilidade no Rádio.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dra. Sandra de Fatima
Batista de Deus.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sandra de Fatima Batista de Deus – UFRGS
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Cassilda Golin Costa – UFRGS
Examinadora

Prof. Dr. Basílio Alberto Sartor – UFRGS
Examinador

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós maternos, Antônio e Mariza, que são os principais responsáveis pelo tema desta pesquisa. À minha mãe, Fernanda, por ser a minha melhor amiga e maior inspiração. Ao meu pai, Paulo, pelo apoio e garantia dos meus estudos. Ao meu segundo pai, Fabiano, pelo carinho (e por ter assumido minhas tarefas na casa enquanto eu escrevia esse trabalho). Às minhas irmãs, Paula, por ser fonte de bom-humor em meio ao caos; e Manu, por significar amor incondicional (e ter sido meu respiro nos intervalos de escrita). À minha prima-irmã, Roberta, pela parceria incansável e conexão inexplicável. Aos meus dindos: Elisa, por ser a minha maior fã; Marcio, pelo exemplo de integridade; Fernando, pelo exemplo de trabalho; e Cláudia, pelo apreço tão sincero.

Àqueles que me acompanham de longa data, representados por Douglas Guidotti, Jéssica Tomasi, João Inghes e Bruna Velasquez: o que sou hoje, tem grande parte de vocês.

Aos amigos que o Jornalismo me deu. No curso, Fernanda Peron, Filipe Bertoglio, Júlia Vargas, Shannon Cabral, Vitória Pacheco — meus principais companheiros de noites viradas. Ao meu padrinho de faculdade, Gabriel Omelischuk, pela sintonia desde o primeiro semestre. Na profissão, aos chefes que me ensinaram muito, Mauro Gonçalves, Laura Becker, Vicente Medeiros, Aline Rimolo, Alessandro Di Lorenzo e Oziris Marins; e aos colegas com quem também aprendi e encontrei suporte, representados aqui por Thaigor Janke.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo ensino público de qualidade e pelas oportunidades. À Atlética Fabico, experiência fundamental na minha trajetória acadêmica, e àqueles que fizeram parte dela comigo: ao meu fiel escudeiro, Lucas Barth; e às minhas amigas Mayara Beltrão, Maria Eduarda Paiva e Gabriela de Sá. A todos que cruzaram meu caminho na Fabico de maneira enriquecedora.

À Professora Sandra de Deus, pelos ensinamentos nas aulas de rádio, pelo carinho e preocupação, pela sensibilidade e paciência na orientação deste trabalho.

Aos professores Basílio Sartor e Cida Golin pela participação fundamental na banca examinadora do estudo.

RESUMO

Este trabalho analisa os critérios de noticiabilidade aplicados pelo programa Chamada Geral 1ª Edição da Rádio Gaúcha de Porto Alegre ao veicular fatos ocorridos na periferia da cidade. Entre os 10 dias de análise foi registrada a preponderância de categorias negativas, sendo a segurança pública, ou notícias da editoria de polícia, as principais retratações de locais periféricos da capital gaúcha. O referencial teórico indica os pontos que foram considerados como periferia durante o estudo, além de debater a concepção de periferia e o tratamento subcidadão reservado a sujeitos periféricos. As bases bibliográficas ainda conceituam critérios de noticiabilidade, a função do jornalismo e retomam a história do radiojornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo. Periferia. Radiojornalismo. Critérios de noticiabilidade. Subcidadania. Chamada Geral.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critérios de noticiabilidade e periferia (pré-análise).....	59-60
Tabela 2 - Critérios de noticiabilidade e periferia (pós-análise).....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de notícias abordando periferia (pré-análise)56

Gráfico 2 - Porcentagem de notícias abordando periferia (pós-análise)67

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2.A LÓGICA JORNALÍSTICA.....	12
2.1 Critérios de noticiabilidade.....	12
2.2 Função do Jornalismo.....	17
2.3. Radiojornalismo.....	26
3. SEGREGAÇÃO SOCIAL E A NORMALIZAÇÃO DA SUBCIDADANIA PERIFÉRICA.....	36
3.1 O histórico da concepção de periferia e seus efeitos.....	36
3.2 Definindo periferia em Porto Alegre.....	41
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	45
4.1 Rádio Gaúcha.....	45
4.2 Programação da Gaúcha.....	48
4.3 Programa Chamada Geral - 1ª Edição.....	50
4.4 Análise de conteúdo como método.....	53
4.4.1 - Programa Chamada Geral como objeto.....	54
5. PERIFERIA E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE.....	59
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXO I.....	78
ANEXO II.....	79

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda conceitos fundamentais do jornalismo, como os princípios que guiam a prática jornalística na busca pela verdade utilizando técnicas como os critérios de noticiabilidade; retoma o compromisso da profissão com a sociedade nas funções de informar com qualidade e fornecer ferramentas para a mobilização da opinião pública; além de tratar como a lógica do jornalismo contribui para a construção de rótulos no imaginário social. Esse referencial teórico busca embasar a discussão sobre a retratação cotidiana da periferia de Porto Alegre na mídia tradicional. Para tal, o meio escolhido para analisar foi o rádio, principalmente por conta das características de instantaneidade e acessibilidade que carrega ao realizar a cobertura dos acontecimentos diários.

O problema de pesquisa pergunta: “quais critérios de noticiabilidade são aplicados pelo programa Chamada Geral 1ª Edição para noticiar a periferia de Porto Alegre?”. O objetivo geral é estudar a percepção (se positiva ou negativa) da periferia a partir da forma como ela é retratada no programa em questão a partir dos critérios escolhidos. Os objetivos específicos são identificar qual o espaço dado para a periferia no noticiário cotidiano do rádio, qual a temática das notícias veiculadas sobre as localidades periféricas e apontar como a construção da imagem da periferia é afetada pela representação na mídia.

O segundo capítulo deste estudo versa sobre noções do jornalismo que impactam diretamente no objeto de estudo. Na primeira seção, desenvolve-se a concepção de critérios de noticiabilidade a partir da obra de Nelson Traquina, expondo tanto os critérios de seleção quanto os de construção da notícia. A técnica é utilizada como forma de elencar quais acontecimentos são relevantes para o interesse público.

A segunda seção discorre sobre a função do jornalismo, relacionando os elementos expostos por Kovach e Rosenstiel (2003), Traquina (1993; 2012) e Reginato (2020) com reflexões acerca do compromisso social abarcado pela

profissão, porém muitas vezes distorcidos pelo caráter empresarial e pelas demandas apresentadas pelos meios de comunicação, onde a notícia é um produto.

Ainda no segundo capítulo apresenta-se um histórico do radiojornalismo no Brasil e as mudanças no formato da notícia no rádio ao longo do tempo até chegar na linguagem coloquial, predominantemente falada e com a hierarquização da informação que é vista atualmente. Além disso, resgata a intenção de caráter educativo que surgiu com o meio e a noção do rádio como uma instituição social — ideias traçadas a partir da bibliografia de Ferraretto (2014), Zuculoto (2012), Ortriwano (1985) e Meditsch (2005).

O terceiro capítulo apresenta discussões filosóficas e práticas sobre a conceituação de periferia, no Brasil e, mais especificamente, em Porto Alegre, com base nas obras de Rolnik (1995), D’Andrea (2020) e Souza (2004), incluindo a pesquisa de Silveira (2009) e Rosa (2009) na perspectiva da representação da periferia na mídia. Também são indicados mapas e dados com base no monitoramento do IBGE sobre a localização de áreas consideradas irregulares na capital gaúcha.

O capítulo de percurso metodológico expõe o objeto — o programa Chamada Geral 1ª Edição, da Gaúcha — e especifica a observação da pesquisa com a metodologia selecionada — a análise de conteúdo. Como o trabalho busca expor a participação da periferia nos noticiários cotidianos, a definição do Chamada Geral 1ª Edição é justificada ao ponto que é o principal radiojornal da reportagem da Gaúcha, emissora que lidera a audiência no rádio no Rio Grande do Sul há pelo menos quatro anos.

A análise de conteúdo foi feita atentando para a frequência com que localidades de Porto Alegre considerados periféricas foram abordadas durante 10 edições do jornal; para a classificação dos critérios de noticiabilidade considerados nas vezes em que a periferia foi registrada e também para a categorização dessas notícias, se positivas ou negativas acerca do local.

O programa Chamada Geral já foi assunto de outros estudos na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como no Trabalho de Conclusão de Curso de Alessandra Mello Pinto, em 1997, denominado de “Em linha direta com o ouvinte : Chamada Geral x Jornal da

Tarde”. A relação entre cidade e o programa também foi tratada em “Paisagens sonoras do rádio: a representação da cidade no programa Chamada Geral”, de Julia Barbosa Dantas, monografia apresentada em 2008.

Dois anos antes, Léo Henrique Saballa Junior concluía o curso com o trabalho “A notícia na Rádio Gaúcha: da elaboração da pauta ao aproveitamento das matérias nos programas Chamada Geral e Correspondente Ipiranga”. Em 2019, Léo Henrique Saballa Junior produziu a dissertação “A mudança do padrão de emissão na reportagem da Gaúcha: uma análise da preponderância do ao vivo na fase da convergência”, em que trata dos principais programas da emissora, entre eles o Chamada Geral e a predominância das participações ao vivo dos repórteres.

A principal justificativa para este estudo é a preocupação com o espaço que é destinado a localidades periféricas no rádio (ou a falta dele). Ao decidir noticiar algum fato, automaticamente o jornalista deixa de fora algum outro acontecimento ou enquadramento sobre a mesma situação. Desde o surgimento, o rádio foi percebido como um meio capaz de mobilizar a sociedade, alcançar diferentes camadas da população e estar presente em diferentes lugares e formatos — o que continua em voga mesmo com a popularização da internet. O radiojornalismo também já foi reconhecido pelo caráter regional, de dar atenção para demandas locais, sendo que entre os critérios de noticiabilidade consta também a proximidade geográfica do acontecimento dos fatos jornalísticos.

Conhecidas como lugares distantes e de uma constante “falta” — de estrutura, de atenção da administração pública —, as periferias costumam ficar longe também dos noticiários, exceto quando desvios que chamam a atenção se enquadram nos critérios de noticiabilidade. Se o jornalismo cotidiano enxerga nas vilas e favelas apenas irregularidades para noticiar, ele acaba por reforçar a ideia de resumir essas localidades a espaços de violência, estereótipo presente no imaginário social. Além disso, afasta a responsabilidade social de garantir informação plural e democraticamente.

2. A LÓGICA JORNALÍSTICA

2.1 Critérios de noticiabilidade

Assim como outras atividades profissionais, a prática jornalística exige teoria e técnica. Saber o que, e de que forma, noticiar depende do domínio de alguns pré-requisitos. Na base do conhecimento, estão os critérios de noticiabilidade: elementos que definem características determinantes para um fato virar notícia. Os critérios de noticiabilidade se constituem por uma série de atributos que identificam a relevância do fato para a população e, conseqüentemente, para o Jornalismo. Essa proeminência, entretanto, depende do contexto em que o veículo está inserido. A notícia, assim, é a informação veiculada (RAMOS, 1970 apud ORTRIWANO, 1985); o “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade e capaz de ser entendido pelo público” (RABAÇA, BARBOSA, 1978).

Traquina (2013) elenca diferentes épocas históricas nos critérios de noticiabilidade. Nos anos 70, a notoriedade do sujeito principal era uma das qualidades para que um fato se tornasse notícia. O século XX também foi marcado por assuntos oficiais e por uma pequena porcentagem de notícias que ressaltavam o insólito. A análise do que era noticiado nesse momento foi objeto de estudo de Herbert Gans (1979), que destacou que a soma de três categorias, todas ligadas a uma agenda do governo, representavam entre 46 e 56% das notícias (TRAQUINA, 2013). Já no século anterior, nos anos 30 e 40, o surgimento da *penny press*¹ havia inaugurado o interesse por um caráter mais humano, mas também sensacionalista de fatos surpreendentes. Essa modalidade permitiu a popularização do jornalismo, com preço mais baixo, e a independência política. Antes disso, a notícia era de caráter político destinada apenas a uma elite seleta que tinha poder aquisitivo para consumir os jornais. No século XVII, os primeiros jornais surgidos na Alemanha valorizavam interpretações religiosas e davam caráter moralista para acontecimentos bizarros. Nessa época, o que acontecia fora do país era priorizado

¹A penny press surgiu entre os anos 1830 e 1840. A comercialização independente de partidos políticos reduziu o preço de um jornal de seis para um centavo. A mudança tinha objetivo de alcançar novos públicos, o que demandou notícias mais diversas e de caráter informativo — o culto aos fatos resultou nas transmissões diretas dos acontecimentos.

em detrimento da notícia local. Apesar dos diferentes momentos, Stephens (1988) destacou a semelhança na essência do que era noticiado: o insólito, o atual, a proeminência, o ilegal, a guerra, a calamidade e a morte.

Na mesma obra que aborda os critérios de noticiabilidade, Nelson Traquina cita autores como Ericson, Baranek e Chan (1987) que consideram que os valores-notícia ajudam o jornalista a reconhecer a importância dos acontecimentos de maneira múltipla e entrecruzada. Relembra ainda os preceitos de Thomas Patterson (1997), que encara a notícia como um relato altamente selecionado, e Pierre Bourdieu (1998), que ressalta a existência de “lentes” — jornalistas veem certas coisas, mas não veem outras. Ao perceber quais são os critérios, de que forma são selecionados e aplicados na hora de elaborar a notícia, evidencia-se a problemática da visão simplista de que notícias são apenas um espelho da realidade. A noção de lente de Bourdieu (1998) é consonante com as teorias que destacam a notícia como uma construção, visão presente na percepção da socióloga Gaye Tuchman (1975), quando considera a notícia como uma “estória”. O conceito de narrativa, muitas vezes negado pelos jornalistas, não diminui a informação presente na notícia, apenas admite que há um enquadramento, preceito defendido por Erving Goffman — e também por este trabalho.

Dessa forma, a estrutura noticiosa é realizada também a partir da experiência e construção do jornalista. A própria explicação sobre o que é notícia foi alvo de estudos que apontavam que, para os jornalistas, havia uma prática instintiva em relação ao que se deveria noticiar, o que ao mesmo tempo demonstra o espaço de participação que o profissional tem e uma automatização do processo. Essa prática foi denominada como “perspicácia noticiosa” pela socióloga Gaye Tuchman (1993), que aponta que nem os próprios jornalistas conseguem explicar quais os critérios escolhidos para compor a reportagem. A mesma visão rendeu a classificação dos valores-notícia como a “estrutura mais opaca do jornalismo” por Stuart Hall. Ao levantar esses questionamentos na obra que trata da tribo jornalística, Nelson Traquina aponta a própria visão para esclarecer a definição.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como

merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia”. (TRAQUINA, 2013)

Entre diferentes apontamentos dos mais diversos autores, os critérios de noticiabilidade que aparecem como determinantes na identificação de um acontecimento como jornalístico se repetem, às vezes mudando um pouco a nomenclatura, mas seguindo a mesma linha de raciocínio. Em sua obra, Traquina (2013) leva em conta o apontamento de Mauro Wolf (1987): os critérios de noticiabilidade estão presentes desde a seleção da notícia até o momento da construção, ou seja, em todas as etapas de produção da matéria jornalística. Dessa maneira, é preciso distinguir aqueles que são levados em conta na hora da escolha do que deve ser incluído em um noticiário (critérios de seleção) daqueles que, dentro do próprio fato, são elencados como prioridade na construção da estrutura da notícia (critérios de construção).

Na classificação dos primeiros, Traquina (2013) ainda faz uma subcategoria: os critérios de noticiabilidade de seleção substantivos e os contextuais. Os substantivos fazem parte da avaliação direta do fato e estão entre os que mais aparecem nos consensos mundiais de jornalismo: noticiar uma **morte**, algum acontecimento em que ator principal tem **notoriedade**, fatos em que seja identificada uma **proximidade** (em termos geográficos e culturais), que possuem **relevância** para o público e contexto, sejam uma **novidade**, contabilizem o fator **tempo** — tanto ser atual, quanto representar datas comemorativas; **a notabilidade, o inesperado, o conflito, a infração e o escândalo** também são considerados critérios de noticiabilidade de seleção substantivos. São elementos que muitas vezes ressaltam um negativismo do jornalismo, mas evidenciam que o corriqueiro não se enquadra numa rotina de produção jornalística — dependendo também da construção social da noção de “comum” ou “normal” em uma redação.

Já os critérios de seleção contextuais consideram a situação em que a notícia é produzida: entre eles está a **viabilidade** da realização da cobertura do acontecimento, como, por exemplo, o acesso às fontes e a logística para a cobertura. São elencados também: o **equilíbrio** (a quantidade de notícias sobre o mesmo assunto em um curto espaço de tempo no mesmo veículo), a **visibilidade**

(principalmente no telejornalismo, que depende da existência de imagens), a **concorrência** (que valoriza a ideia de um “furo” jornalístico, aquela notícia que só uma empresa conseguiu antes) e o **dia noticioso** (dias mais movimentados não permitem espaço para alguns fatos jornalísticos, assim como dias “parados” fazem acontecimentos que normalmente não seriam noticiados entrar na pauta).

Os critérios de construção consideram a hierarquia da informação na hora da produção da notícia depois que a pauta já foi selecionada. É neste momento que o jornalista monta a matéria também considerando os recursos de escrita, como o *lead* e a pirâmide invertida, e o histórico do que foi noticiado no veículo onde trabalha. Conforme Traquina, eles podem ser classificados em: a **simplificação**, isto é, a falta de ambiguidade para facilitar o entendimento — o que acaba por dar mais espaço a temas simples do que complexos; a **amplificação**, que aumenta a notoriedade da notícia pela possibilidade de diversas consequências; a relevância, ou o significado (o fazer sentido para determinado público); a **personalização**, que consiste na valorização da pessoa envolvida no acontecimento; a **dramatização**, destacando a natureza de conflito da notícia; e, por último, a **consonância**, que consiste em dar seguimento a uma narrativa já esperada de um contexto, respondendo a expectativa da audiência — o que garante espaços para assuntos tratados anteriormente, podendo resultar em um ciclo de exclusão de temas não pautados, além de contribuir para a formação de padrões sobre determinados grupos ou locais.

Mesmo com a repetição na identificação de diversos critérios de noticiabilidade, esses valores não são imutáveis. A notícia pode ser composta diferentemente a partir da mudança de épocas, contextos históricos, localizações específicas e, até mesmo, dependendo também do veículo de comunicação onde é produzida, já que as empresas possuem editoriais distintos. Ainda conforme Traquina (2013), a noticiabilidade de um assunto ou tema “implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional”. Apesar disso, existem ainda acontecimentos que se tornam notícia em todos os países — os mega acontecimentos.

Gaye Tuchman (1978) faz uma tipificação dos acontecimentos, classificando em a) noticiosos localizados que aparecem subitamente e devem ser processados rapidamente, as *hardnews*²: notícias de relevo que não são programadas; b)

acontecimentos em continuação, normalmente internacionais e anunciados previamente que se estendem ao longo do tempo; c) em desenvolvimento, que também são *hardnews*, mas como uma estória que surge subitamente. Já Molotch e Lester (1974) ressaltam dois tipos de acontecimento: os *happenings*, que são de rotina e intencionais, promovidos pelos próprios organizadores, como por exemplo datas comemorativas; e os acidentes e escândalos, amplamente noticiados. Por fim, Dayan e Katz (1992) chamam a atenção para os acontecimentos mediáticos, ocasiões anunciadas, transmitidas ao vivo, que são noticiadas pela própria pressão da sociedade — modalidade que se tornou mais recorrente em 2020 com a pandemia do coronavírus.

Para Silva (2004), a noticiabilidade é composta por todos os elementos que podem influenciar no processo de produção da notícia. A pesquisadora, assim como Traquina (2013), separa os critérios de noticiabilidade em diferentes instâncias, **(a) na origem dos fatos** (reconhecidos pelos jornalistas), **(b) no tratamento dos fatos** (para além dos valores-notícia, é preciso considerar questões como formatos, prazos, estruturas do veículo); **(c) na visão dos fatos** (que levam em conta questões “éticas, filosóficas e epistemológicas do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores” (SILVA, 2004, p. 94). Portanto, ao conceituar os critérios de noticiabilidade é necessário partir do princípio que eles envolvem toda a logística da produção jornalística — o que influencia também na capacidade de um veículo noticiar fatos. As próprias características do rádio, que serão tratadas adiante, também são determinantes.

Os pontos comuns entre os autores que definem os critérios de noticiabilidade trazem à tona a valorização do teor negativo, da infração, violência que vai ao encontro da percepção de que “*bad news is good news*” (TRAQUINA, 2002) ao mesmo tempo que ressalta a divulgação da novidade com base no que faz sentido para o público, passando pelo filtro das condições de trabalho e de narrativas sob contexto — elementos que fazem parte da função do jornalismo e iremos tratar na próxima seção.

Neste estudo, os principais critérios considerados na análise serão os classificados por Traquina como os de seleção substantivos, quando os jornalistas

identificam em um acontecimento o valor-notícia. É importante ressaltar, entretanto, que a influência dos demais elementos também são entendidas como parte do processo de construção de um programa noticioso.

2.2 Função do Jornalismo

Apesar das constantes mudanças na forma de se fazer jornalismo, a depender dos avanços tecnológicos e do contexto histórico e cultural, um elemento permanece o mesmo: a finalidade da prática jornalística. Desde o surgimento do jornalismo no século XIX, inclusive antes mesmo, nos primórdios da prática no século XVII, a busca pela verdade e a seleção de informações que garantissem a soberania do cidadão e a democracia estiveram entre os principais objetivos dos que desempenhavam a função. Kovach e Rosenstiel (2003) apontam ainda que um pré-jornalismo teria surgido junto com o processo de democratização das sociedades. Essa ideia de interdependência entre a existência de uma democracia e da liberdade de imprensa está presente tanto no trabalho de Kovach e Rosenstiel (2003), que entendem que sempre que as sociedades pretendem suprimir a liberdade, precisam primeiro suprimir a imprensa, como na obra de Traquina (2012), que define que “o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é informar sem censura”. As duas obras partem do princípio de conceituar a notícia como completamente oposta à ficção e totalmente dependente da liberdade: “tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia” (TRAQUINA, 2012).

Além de estar diretamente ligado à democracia, o jornalismo é visto como uma espécie de contraponto dos governos — sendo considerado o “Quarto Poder”. Fontcuberta (1993) também destaca a importância das informações para garantir uma sociedade livre.

Uma pessoa desinformada é incapaz de tomar decisões adequadas nos diversos âmbitos da vida. Mas essa informação deve ser qualitativa e não quantitativa, já que o excesso de notícias sem nenhum filtro pode incapacitar qualquer operação de análise. (FONTCUBERTA, 1993 apud REGINATO, 2020)

Mesmo nos primeiros movimentos contra os regimes absolutistas no surgimento da luta por liberdade, a imprensa e o direito de se expressar já

constavam como as liberdades necessárias para garantir as demais liberdades. Manter a opinião pública informada aparece como a forma de fazer valer o interesse público de maneira correta (TRAQUINA, 2012). A própria concepção do jornalismo como “Quarto Poder” advém da separação da sociedade em “états” na Revolução Francesa até chegar ao contexto democrático de desempenhar uma função de fiscalização dos demais poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em uma lógica em que poder controla poder.

Com a legitimidade da teoria democrática, os jornalistas podiam salientar o seu duplo papel: como porta-vozes da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos, e como vigilantes do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes. (TRAQUINA, 2012)

Traquina (2012) separa o campo jornalístico moderno em dois polos: o econômico, em que a notícia é a mercadoria, e o ideológico, em que as notícias “são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer seus direitos democráticos” (TRAQUINA, 2012, pg 127-128). É com este panorama que o autor define o *ethos* jornalístico, ou a identidade profissional, com pilares de crítica ao poder e ao lado da opinião pública com base em um conjunto de normas. Os principais valores do jornalismo, para Traquina (2012), são a liberdade — sendo garantida a independência e autonomia ao profissional —, a credibilidade — que leva o jornalista ao trabalho de verificação e também à exatidão da informação —, a associação com a verdade (ou a busca dela) e a objetividade — que costuma causar discussões e má interpretações.

Para Kovach e Rosenstiel (2003), tanto a imparcialidade quanto a objetividade são métodos técnicos que devem ser buscados na hora da construção da notícia e não características do próprio jornalista, já que todo indivíduo carrega preconceitos e visões de mundo. A objetividade como valor jornalístico não nega a existência da subjetividade, pelo contrário, reconhece a presença da subjetividade e, por isso, aponta caminhos que assegurem que ela não distorça os fatos (SCHUDSON, 1978 apud TRAQUINA, 2012). O que Lippmann (1931) defende, sendo citado tanto por Kovach e Rosenstiel (2003) quanto por Traquina (2012), é que o jornalismo desenvolva um sistema mais técnico e científico para garantir a permanência da credibilidade. O intuito é que, ao testar e buscar as informações, o jornalista deixe de

lado as convicções pessoais sem passar uma ideia de falsa neutralidade. O recurso a ser usado neste processo é a transparência: demonstrar de que forma a notícia foi construída, a partir de quais fontes e quais os preconceitos ou contraditórios envolvidos (essa é, inclusive, uma prática compatível com a linguagem mais coloquial imperativa no rádio). Além disso, Tuchman (1993) indica que a objetividade leva o jornalista a realizar um “ritual estratégico”, como utilizar-se de aspas e do *lead*, que o afasta das possíveis críticas ao trabalho.

Com a internet, as alternativas de acesso e produção de conteúdo aumentaram o volume e os emissores de informações: quem era apenas consumidor virou também produtor e disseminador de conteúdos. Se antes o jornalismo já era encarregado de ser o *gatekeeper*², agora essa função necessita ser ainda mais valorizada e não esquecida. Em um mar de sites, blogs e influenciadores, cabe ao jornalista verificar, selecionar e ordenar as informações verdadeiras sob uma perspectiva que faça sentido e seja compreensível. Essa ação se difere da seleção que era feita sem a internet porque não existiam outros meios de informação sem ser os veículos de mídia tradicionais, o que também não dava brechas para tantas contestações ao trabalho jornalístico.

Os elementos jornalísticos que se sobressaem, assim, são as técnicas de verificação, a valorização da transparência no processo e, principalmente, a credibilidade. Ao se deparar com relatos de acontecimentos na internet, a narrativa é sempre questionável. É difícil, porém, duvidar ou imaginar que os jornalistas no rádio, principal meio trabalhado neste estudo, seriam capazes de utilizar o espaço jornalístico de maneira ficcional. A confiança na verificação do jornalista é o que pesa nestes momentos, visão que, para Porcello (2015)³, é evidenciada em momentos como o ataque às Torres Gêmeas em 2001.

²O jornalista considerado como *gatekeeper* é aquele que faz a seleção das notícias que serão veiculadas. O termo apareceu pela primeira vez por Kurt Lewin em 1947, que referiu que os fatos precisavam passar por portões regidos por regras imparciais ou, ainda, por um grupo no poder. (WHITE in org. TRAQUINA, 1999) Neste ponto do trabalho, a teoria do *gatekeeper* é empregada apenas com relação ao tomar a decisão sobre a relevância das notícias, não ao caráter subjetivo ou burocrático que pode permear a escolha.

³Artigo escrito e publicado em GaúchaZH em 2015 sobre a função do Jornalismo <acesso em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2015/11/flavio-porcello-o-papel-social-do-jornalismo-4904682.html>>.

Em instantes, o mundo foi inundado por essa avalanche de cenas horríveis e assustadoras. Por certo, como eu, você ficou sabendo praticamente na hora por uma rede social. E certamente todos nós em seguida fizemos a mesma coisa. Fomos buscar entender o que acontecia no jornalismo mais próximo: rádio, TV, jornal, sites, blogs e redes sociais, não necessariamente nessa ordem. E, como sempre, procuramos nas fontes confiáveis uma explicação para o que víamos com certificado de autenticidade. (PORCELLO, 2015)

A definição reduzida de que “jornalismo era aquilo que os jornalistas diziam que era” (KOVACH, ROSENSTIEL, 2013) se torna cada vez mais insuficiente. É neste contexto que Reginato (2020) define a principal finalidade do jornalismo como o informar qualificado, sendo que essa informação tem atributos específicos identificados pelos jornalistas.

Informar de modo qualificado significa fornecer para a sociedade a síntese dos principais acontecimentos, garantindo o acesso de diferentes públicos a essa informação. Para ser qualificada, a informação deve ser: verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente (REGINATO, 2020).

A autora, em sua tese de doutorado em Comunicação e Informação, já havia apontado, além do informar qualificado, outras onze finalidades da função.

b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integrar e mobilizar as pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. (REGINATO, 2016)

No artigo de 2020, Reginato faz um apanhado histórico de autores que referenciaram o ato de informar como o principal papel do jornalismo. O primeiro, inclusive, aparece em 1690, quando Tobias Peucer declara que o jornalista precisa ter capacidade de julgamento, diferenciando os acontecimentos que valem para um “diário particular” daqueles que valem uma “resenha pública” (PEUCER, 2004 apud REGINATO, 2020). As obras de Lippmann (2008) e de Weber (2006) já trazem a participação do jornalismo na formação da opinião pública. Bond (1959) vai além: os fundamentos do jornalismo só são desempenhados se houver independência,

imparcialidade, exatidão, honestidade, responsabilidade e decência (BOND, 1959 apud REGINATO, 2020).

O papel central de informar de modo qualificado e a ligação direta com a garantia da sociedade democrática, entretanto, devem incluir as demais finalidades de maneira que o próprio jornalismo seja responsabilizado pelo enquadramento que dá para os fatos noticiados. Apesar da busca pela verdade e da aplicação de técnicas de objetividade, a identificação do que é relevante ou não pode ser impactada pela lógica já estabelecida dentro da organização jornalística. Isso não significa que os acontecimentos que viram notícias são considerados importantes de maneira subjetiva, muito pelo contrário. A seleção é feita a partir da análise dos critérios de noticiabilidade — tratados também neste capítulo. Entretanto, a consonância, um dos critérios de noticiabilidade citados, é uma forma de perpetuar conceitos e impressões sobre determinados acontecimentos.

Os fatos transformaram-se numa mercadoria facilmente adquirida, à qual apenas se muda a embalagem e a finalidade. Na era do ciclo noticioso de 24 horas, os jornalistas passam mais tempo a procurar algo para acrescentar às notícias existentes, geralmente interpretação, em vez de tentarem descobrir e verificar os novos fatos de forma independente. (OVERHOLSER, 1998 apud KOVACH, ROSENSTIEL 2003)

O fato de termos os critérios de noticiabilidade muito bem consolidados, estando presente de maneira praticamente instintiva no cotidiano jornalístico, não deixa grande espaço para os editores e jornalistas refletirem sobre a revisão das pautas incluídas nos noticiários. A repetição de notícias nas diversas emissoras, principalmente considerando o radiojornalismo, objeto de estudo deste trabalho, afasta uma busca por assuntos não tratados. A retratação dos mesmos temas, desta forma, contraria algumas das finalidades já identificadas por Reginato (2016), como a apresentação da pluralidade da sociedade e também a promoção da integração e mobilização das pessoas.

Quanto mais a notícia insere o acontecimento numa “narrativa” já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada. Significa isto que a notícia deve ser interpretada num contexto conhecido, pois corresponde às expectativas do receptor. Implica a inserção da novidade num contexto já conhecido, com a mobilização de estórias que os leitores já conhecem (TRAQUINA, 2002 apud LUCKMAN, FONSECA, 2017).

Para Mills (1831) a imprensa “deveria ser um instrumento de reforma da sociedade, aliás o principal instrumento para obrigar o governo a efetuar as reformas sociais” (TRAQUINA, 2012). Acontece que, ao escolher noticiar os fatos considerados relevantes, a organização jornalística exclui outros tantos. Até mesmo dentro do próprio acontecimento noticiado existem outras possíveis abordagens ou, como chamado pelos pesquisadores, enquadramentos. Eles são pilares para a forma como interagimos com os outros e organizamos nossas experiências (GONÇALVES, 2005).

Mas, como qualquer enquadramento que delimita o mundo, o enquadramento das notícias pode ser problemático. A vista através de uma janela depende de a janela ser grande ou pequena, ter muitas ou poucas vidraças, de o vidro ser opaco ou transparente, de estar virada para a rua ou para as traseiras. (TUCHMAN, 1978 apud GONÇALVES, 2005)

Na mesma linha de raciocínio que considera a notícia um *frame*, é preciso ressaltar a importância da contextualização: “o contexto no jornalismo pode ser compreendido a partir de três perspectivas: (1) como o contexto de produção, (2) como background da notícia e (3) como antecedentes históricos e/ou sociais” (FRANKLIN et al, 2005 apud LÜCKMAN, FONSECA, 2017). Tanto como pode contribuir na compreensão da notícia correlacionando com outros fatos históricos ou com o plano de fundo do tema, o contexto de produção pode justificar, muitas vezes, o enquadramento dado a notícia — e, até mesmo, o motivo de algum fato não ter sido noticiado. A logística do trabalho do jornalista depende da estrutura e das condições de equipamento da emissora — é necessário que a equipe consiga acesso às fontes e ao local do acontecimento.

Nos casos de background ou como antecedentes históricos e/ou sociais, a contextualização incorpora a notícia como parte de uma das funções do jornalismo: “organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade” (RODRIGUES, 1993). A relação de um acontecimento com o outro, ou seja, a inserção da notícia em um contexto social, dá sentido ao fato. O significado atribuído e a identificação da relevância, porém, estão estritamente ligados a uma ideia de “consenso”, que é hipotética, em relação àquilo que é, de fato, importante para a sociedade e a maneira como ela funciona.

Existimos como membros de uma sociedade porque — é suposto — partilhamos uma quantidade comum de conhecimentos culturais com os nossos semelhantes; temos acesso aos mesmos mapas de significados. Não só somos todos capazes de manipular estes mapas de significados, para compreender os acontecimentos, mas também temos interesses, valores e preocupações fundamentais, em comum, que estes mapas incorporam ou refletem. (HALL et al, 1993 pg 226)

Dessa maneira, cabe aos jornalistas possuírem mapas culturais correspondentes ao do público, garantindo a conexão entre a notícia e o significado dela na sociedade. Entretanto, a ideia de uma “natureza consensual”, que indica que temos mais coisas que nos unem do que nos separam, “tem consequências políticas importantes” (HALL et al, 1993).

Esta perspectiva de consenso da sociedade é particularmente forte em sociedades capitalistas organizadas, democráticas e modernas; e os *media* estão entre as instituições cujas práticas estão mais ampla e consistentemente baseadas na assunção de um consenso nacional. (HALL et al, 1993 pg 227)

A divulgação de fatos com base nas suposições de consensos limita a interpretação do público a um enquadramento familiar, compatível com construções já conhecidas — o que reforça noções consensuais (MURDOCK, 1974 apud HALL et al, 1993). Ressaltar essa ideia é importante uma vez os *media* são a primeira ou única fonte de informação de grande parte das pessoas (HALL et al, 1993). Assim, passa pelo trabalho do jornalismo a perpetuação de possíveis estereótipos. Além das notícias, a programação jornalística oferece “interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos” (HALL ET AL, 1993). Ao noticiar seguidamente fatos relacionados a violência em bairros periféricos, por exemplo, a mídia pode contribuir com a noção de insegurança e marginalidade relacionada aos locais mais afastados dos grandes centros.

Alguns fatores são decisivos para que a imprensa, mesmo buscando cumprir o papel de informar com qualidade (utilizando-se da objetividade, credibilidade e autonomia), reproduza “simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade” (HALL et al, 1993). O principal deles é a dependência dos próprios detentores do poder como fontes primárias, que também induzem os jornalistas à primeira impressão. Para Gomis (2004), a imprensa tem menos controle

do que pensa sobre a pauta: “se não fossem os interessados em que algo seja publicado, muitas notícias não apareceriam nunca.” A logística da organização jornalística faz com que haja um espaço nos noticiários praticamente reservado para sujeitos considerados importantes (como chefes de governos), levando a uma grande presença do critério de noticiabilidade denominado como proeminência. Muitas vezes as próprias entrevistas coletivas ou os eventos de inauguração de obras com a presença das autoridades são, na verdade, apenas os denominados por Boorstin (1971) como “pseudoeventos”⁴, mas que, mesmo assim, acabam virando manchete sem contestação (Gomis, 2014).

A notícia é uma interpretação de um fato, mas a interpretação da notícia se faz melhor se nos perguntarmos a quem beneficia ou prejudica. (GOMIS, 2014, pg 106)

Um exemplo de funcionamento das pressuposições de consensos e da manutenção do poder estabelecido, também utilizado por Hall et al (1993), é a noticiabilidade dos crimes. Os atos ilegítimos são assim considerados porque fogem de um limite estabelecido na sociedade como aceitável para manter valores e a ordem pública. Essa natureza de rompimento daquilo que é consenso que se pode fazer já torna qualquer crime como um fato noticiável. Quando envolve situações violentas, o valor-notícia ainda é maior, assim como o apelo ao público. Assim, buscar e noticiar os crimes são práticas inseridas na rotina jornalística com um caminho certo: a chamada “ronda” em que os jornalistas entram em contato com a própria polícia tem presença confirmada diariamente nos afazeres do profissional.

Reforçando a dependência do canal institucional como a fonte oficial, as notícias de crimes só são equilibradas com o lado do indicado como criminoso em casos específicos, como de corrupção. Para Hall et al (1993), aqueles que são considerados criminosos são escanteados “na negociação do consenso sobre o crime”.

Isto significa que, onde parece haver um largo consenso e as contradefinições quase não existam, as definições dominantes dirigem o campo de significação de uma forma relativamente incontestada. Qualquer discussão que haja tende a realizar-se quase exclusivamente dentro dos termos de referência dos controladores. E isto leva à repressão de qualquer

⁴ O conceito de pseudoevento serve para classificar os fatos planejados (e não espontâneos) que acontecem na vida real com o propósito de serem divulgados. Esse conceito de Boorstin (1971) é apresentado no texto “Os interessados produzem e fornecem os fatos”, de Gomis (2014), onde são utilizados os atos terroristas e as entrevistas coletivas como exemplos.

jogo entre definições dominantes alternativas [...]. Na ausência de uma definição alternativa, proposta eficientemente e com clareza, o âmbito de qualquer reinterpretação de crime pelo público como assunto do seu interesse é extremamente limitado. (HALL et al, 1993)

Além das notícias, existe no jornalismo o editorial: espaço reservado para manifestação da opinião da emissora, que costuma ser em um local separado e reservado nos jornais impressos e sites, e em momentos específicos e bem demarcados no radiojornalismo. Em programas noticiosos no rádio, o âncora ou um comentarista são quem utilizam os espaços de opinião. Para Hall et al (1993), os *media* são fonte primária dos acontecimentos para a maior parte do público, o que encarrega o jornalismo de um papel importante na formação da opinião pública.

Em sociedades onde o grosso da população não tem acesso direto nem poder sobre as decisões centrais que afetam as suas vidas, onde a política oficial e opinião estão concentradas e a opinião popular está dispersa, os *media* desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as ações e perspectivas dos poderosos. (HALL et al 1993, pg 234).

Além disso, para desempenhar corretamente o papel vinculado com a democracia, o jornalismo deveria ser pensado para todos (e também por todos). No mundo atual globalizado, ao mesmo tempo que o intercâmbio entre culturas e a conexão com outros lugares é facilitada, as tecnologias que surgem cada vez mais são destinadas e provocam práticas individuais. Spenillo (2004) defende a formação de profissionais da comunicação que promovam e explorem os potenciais de grupos, já que o indivíduo conectado na era tecnológica se desliga do coletivo, “uma vez que não produz nem interpreta o mundo a partir de uma lógica compartilhada” (SPENILLO, 2004, pg 250). O esforço dos profissionais da área da comunicação precisa ser, assim, no sentido de viabilizar a produção também para as camadas populares.

Na sociedade atual, em que a tecnologia e a velocidade se colocam em evidência nas dinâmicas sociais, faz-se necessário pensar a comunicação que se pode realizar nos meios populares. Mais do que as deficiências, até mesmo estruturais, em áreas como educação, saúde, moradia, trabalho e lazer, com as quais as camadas populares são obrigadas a conviver cotidianamente, a exclusão na produção social de informação, e logo, de comunicação, destitui esses grupos do direito de decisão, participação e exercício da cidadania. (SPENILLO, 2004, pg 251)

A função do jornalismo passa, então, por priorizar o compromisso que os profissionais da área têm com os cidadãos em detrimento das lógicas empresariais. A responsabilidade social de informar de maneira qualificada precisa incluir o informar para todas as classes sociais, fazendo valer a interdependência entre democracia e liberdade de imprensa. Entretanto, a concepção de fazer jornalismo para todos os públicos é enfraquecida pelos interesses comerciais que identificam quem são os consumidores (no caso do rádio, os ouvintes de determinado programa) e direcionam a eles o conteúdo.

Observa-se o declínio da notícia como a expressão do jornalismo — e a ascensão da ideia de informação, de prestação de serviços e de entretenimento. Sustenta-se a hipótese de que a lógica capitalista dominante no negócio jornalismo provoca mudanças nos critérios de noticiabilidade. Os critérios de relevância e interesse público cedem lugar para os de “interesse do público”. (FONSECA, 2008 apud PERDOMO, 2015)

O fato é que a prestação de serviço, atualmente, ocupa um espaço considerável entre as proposições do jornalismo. No rádio, por conta das características tratadas na próxima seção — como o imediatismo —, o jornalismo de serviço é garantido com boletins de trânsito, informações de hora e temperatura, além de registro de falta de água ou luz em determinadas localidades.

2.3. Radiojornalismo

O rádio é visto como um dos meios mais democráticos por ser considerado acessível, ocupando um lugar importante na sociedade. Mesmo com o surgimento de novas tecnologias e com os frequentes anúncios sobre o fim do rádio, o meio continua sendo uma forma importante de comunicação de massa — apesar do próprio conceito de comunicação de massa ter se adaptado às tecnologias mais recentes. Assim, a perspectiva do “rádio como instituição social ou, mais adequado ainda, como criação cultural” (FERRARETTO, 2014) se encaixa no entendimento adotado dentro deste estudo.

No Brasil, desde as primeiras transmissões na década de 20, passando pelos anos de ouro (entre 1930 e 1950), pela chegada da tecnologia que permitiu a expansão dos aparelhos de rádio portáteis até as práticas na internet, o caráter informativo do rádio sempre esteve presente. É verdade que, na etapa de implementação do rádio no país, a notícia era exceção (ZUCULOTO, 2012), enquanto o caráter educativo e cultural dominava a programação com transmissões de apresentações culturais e científicas. Além disso, as notícias que ganhavam espaço nas transmissões radiofônicas não possuíam características próprias, sendo baseadas na linguagem utilizada no jornal impresso. É na “Era de Ouro” do rádio brasileiro que as notícias se instauram no meio e, também, quando o “Repórter Esso” surge para marcar o fazer radiojornalismo. Atualmente, com o crescimento da participação da internet nas práticas envolvendo rádio e com a preferência à linguagem falada, o modelo Esso não é mais predominante, mas ainda se faz presente no estilo de informar. O radiojornalismo se transformou incorporando as tecnologias disponíveis, como os *smartphones*, que viraram muitas vezes o principal instrumento de trabalho dos repórteres que cobrem os fatos *in loco*, já que concentram diversas funcionalidades. A prestação de serviços, por exemplo, também se tornou uma característica forte do radiojornalismo.

Apesar da classificação do meio como uma instituição social, ao tratar de rádio, este estudo considera principalmente as emissoras tradicionais, que tem como objetivo a obtenção do lucro e concentram a maior parte dos ouvintes brasileiros. Existem, ainda, as rádios consideradas culturais — com conteúdo educativo e ligadas a universidades ou ao Estado — as comunitárias, além das destinadas a promoção religiosa (FERRARETTO, 2014). No caso do rádio comercial, a programação é o produto que atrai a principal forma de financiamento do trabalho: o público. Quanto maior a audiência, maior o investimento dos patrocinadores em determinado programa. Conforme Ortriwano (1985), o modelo de negócio do rádio funciona quando é positivo para a emissora, para o anunciante e para o público. Dessa forma, até mesmo a seleção da informação é limitada com base nos interesses econômicos e vinculações políticas mais eficientes.

O objetivo é um só: atingir o ouvinte, o consumidor dos produtos e serviços anunciados. A mensagem emitida pelo veículo torna-se um produto determinado pelo aparelho burocrático radiofônico que, para poder existir, apoia-se no complexo publicitário, procurando atender à tendência detectada no público. (ORTRIWANO, 1985, pg 57).

A dependência do público para sustentação financeira do rádio leva a idealização do receptor a ser uma das referências usadas para a construção do enunciado, interferindo na escolha dos enfoques e abordagens das notícias. Entretanto, esse é apenas um dos elementos que compõem a produção noticiosa no rádio — já que o público estimado é um dos dados considerados, não sendo nem o meio nem o fim do trabalho. A definição da grade de programação foi o que permitiu a adoção dos contratos de comunicação no rádio, assim como a construção de uma linguagem própria do meio que leva em conta o falar sobre a comunidade. Mesmo com a projeção de um perfil de ouvinte, que muitas vezes pode até não ser verossímil, o rádio tradicional é considerado um “veículo que atinge um enorme número de pessoas, das mais diferentes classes sociais, que podem receber informações de todos os níveis, enquanto executam as tarefas do dia-a-dia.” (VELHO, 2014).

Castro e Bruck (2013) chamam a atenção para a função social do rádio, desempenhada a partir do envolvimento entre locutores e ouvintes, entre emissores e receptores. Para os autores, o costume de ouvir rádio tem caráter de ação social, de um compartilhamento de experiências.

É, porém, ao mesmo tempo, dispor-se ao mundo que o rádio constrói com seus debates públicos, conceitos, preconceitos, julgamentos, imaginários, afetividades e rejeições, que saltam para a vida do público, transportados pela voz que magnetiza o ouvinte, criando para ele uma sensação de presentificação dos ambientes e situações ofertados e de uma proximidade, uma identificação com todo o universo proposto pela emissora (...) o ouvinte se envolve em um modo diverso de socialização. Por ser ouvinte, ele experimenta, relaciona-se e inscreve-se em grupos que se fundam a partir, exclusivamente, dessa audiência. (CASTRO, BRUCK 2013)

A ideia de que o rádio é um ponto de referência de tempo e espaço para grupos de ouvintes se mostra pertinente a medida em que as próprias interações também evidenciam isso. A programação bem delimitada e o uso de vinhetas e aberturas demarcam horários e fazem parte da rotina do ouvinte. Ao mesmo tempo,

os contratos de leitura indicam que as seleções de conteúdo, entonação e demais elementos que compõem a narrativa de um locutor são feitas a partir da identificação do público. Esses contratos são a maneira que os meios procuram construir um vínculo com o receptor (VERÓN, 1983 apud CASTRO, BRUCK, Mohazir Salomão, 2012). No mesmo sentido, Patrick Charaudeau (2006) classifica as diferentes intencionalidades do sujeito. Os objetivos são formados a partir da produção e da interpretação do discurso e podem ter finalidades factivas, informativas, persuasivas ou sedutoras. Chama a atenção o objetivo de persuasão, que pretende uma adesão do universo de discurso próprio do outro, do enunciador. A intencionalidade está posta ainda a partir do perfil do receptor, o que traz de volta a importância da interação entre rádio e ouvintes.

Essa escolha do público pela prática de ouvir rádio ao invés de optar por outros meios — como a televisão e o impresso, que possuem menos limitações técnicas — é explicada, entre outros fatores, pela sensação de participação do ouvinte. Os ouvintes se apaixonam não apenas pelo programa e emissora, mas também pelo rádio como meio de comunicação. O rádio estimula os sentidos e a imaginação do público, fazendo com que o campo de recepção seja o campo de criação de sentidos. A partir dessa experiência é que se cria uma ligação entre grupos de ouvintes, além da conexão com o mundo mediatizado.

Alguns elementos do radiojornalismo, entretanto, são incorporados independentemente do receptor. Uma das características do meio é a acessibilidade, que consiste em um aparelho relativamente barato, em que as emissoras não cobram mensalidade e a linguagem não exige o domínio de códigos elaborados (VELHO, 2014). Essa acessibilidade deveria embasar a ampliação do leque de projeção das particularidades do público imaginado. A estrutura crucial inclui a objetividade, a clareza, a simplicidade e a coesão também como estratégias estéticas-discursivas.

A veiculação breve, concisa, sucinta, objetiva e simples de informações é como Zuculoto (2012) define a notícia radiofônica com base nos referenciais de Prado (1989). Zuculoto defende que essas características da notícia são próprias do meio radiofônico por conta dos recursos da tecnologia e também pela construção histórica e contextualizada do desenvolvimento da radiofonia brasileira. A autora analisa que

o desenvolvimento das características da notícia no rádio acompanha e é influenciado pelo contexto histórico social, político e econômico do país. Essa visão para Zuculoto (2012), a passagem das emissoras de rádios como clubes e sociedades feitos para e pela elite econômica brasileira para o rádio como meio de comunicação de massa foi resultado do surgimento da cultura de mercado em meio a um contexto mundial de guerra, urbanização e industrialização.

A expansão territorial e a massificação da cidade, que reduziram as interações entre bairros, ocorreram junto com a reinvenção de laços sociais e culturais que passam através do rádio e da televisão. Atualmente, são esses meios que, com sua lógica virtual e anônima, diagramam os novos vínculos invisíveis da cidade. (CANCLINI, 1996 apud ZUCULOTO, 2012)

É com o crescimento dos centros urbanos, de uma massa assalariada e com a legalização da publicidade que o rádio ganha caráter de meio de comunicação de massa.

Desde que adquiriu o perfil de veículo de comunicação de massa, o rádio tem sido apontado como aquele, entre os meios massivos, com potencial para ser o mais popular (no sentido de atingir todas as camadas da sociedade) e de maior alcance de público, possuindo características específicas tanto de emissão quanto de recepção. (ZUCULOTO, 2012)

Esse potencial — e, conseqüentemente, a escolha do público pelo rádio — decorrem de características como a linguagem única através dos recursos sonoros, a mobilidade que ao mesmo tempo que permite o ouvinte levar o aparelho para qualquer lugar também facilita a cobertura jornalística, o imediatismo, o baixo custo e a abrangência geográfica. Conforme Ortriwano (1985), desde o início, tanto os fundadores do rádio no país como o governo brasileiro reconheciam a relevância educativa do meio que surgia. Esse caráter educativo e de serviços perdeu espaço para os interesses mercantis: as características importantes da radiodifusão foram percebidas também pelos empresários, que viram que a divulgação de produtos seria mais eficiente pelo rádio do que pelos jornais impressos, já que o meio alcançava também os analfabetos. Assim, o rádio se consolidava ainda durante o governo de Getúlio Vargas como um “veículo publicitário de múltiplos objetivos, de

expressão popular e integração nacional” (CASQUEL, 1972 apud ORTRIWANO, 1985).

O rádio comercial e a popularização do veículo implicaram a criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade, mostrando-se capaz não apenas de vender produtos e ditar “modas”, como também de mobilizar massas, levando-as a uma participação ativa na vida nacional. (ORTRIWANO, 1985)

Além dos anunciantes e agências de publicidade, o próprio governo de Getúlio Vargas utilizou e investiu no rádio para realizar propaganda político-ideológica. A criação do programa “Hora do Brasil”, que até hoje vai ao ar como “Voz do Brasil” e reúne as notícias da conjuntura nacional contadas a partir da perspectiva do governo federal — ou seja, de maneira positiva, fazendo o que já foi considerado como uma manipulação política —, além da implementação do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo demonstram a utilização do rádio como instrumento político pelos detentores do poder, que são os responsáveis pelas concessões que permitem o funcionamento das emissoras, servindo tanto para a mudança como para “a manutenção de um Estado, das relações sociais, da própria liberdade individual e/ou coletiva” (VIEIRA, 1979 apud ORTRIWANO, 1985). A capacidade de manutenção de um poder se estende para os conceitos de manter a consonância também quanto às formas de organização da cidade que refletem as desigualdades sociais. Mesmo assim, informar é entendida pela autora como a principal função do meio.

Uma das principais características do rádio como meio de comunicação que é ressaltada até hoje é o imediatismo. Apesar do papel de rapidez de divulgação de acontecimentos ser, agora, especialidade mais dos meios jornalísticos pela internet, o rádio ocupou por muito tempo o lugar de maior velocidade. Essa necessidade do imediatismo surge no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando qualquer informação, ainda que incipiente, era valiosa e tinha prioridade. Ainda que tenha sido incrementada, a prática de noticiar com velocidade mesmo sem tantos detalhes ainda faz parte da construção dos noticiários no rádio. O momento que impulsiona o radiojornalismo, no início da década de 40, também revela a dependência das agências de notícias.

A chegada das agências de notícias ao que viria ser o Terceiro Mundo não foi desprovida de sérias consequências políticas e culturais. Seus telegramas determinavam quais acontecimentos eram importantes no dia-a-dia de cada país e como deveriam ser noticiados. Obviamente, faziam-no conforme os critérios e prioridades, muitas vezes etnocêntricos ou mesmo racistas, de seus repórteres e editores (DANTAS, 1996 apud ZUCULOTO, 2012)

Nesta época, além das próprias agências de notícias, os critérios de noticiabilidade que determinavam o que era veiculado no radiojornalismo dependiam ainda do que estava nos jornais impressos — já que ainda não existia o recurso da notícia radiofônica independente da leitura do jornal. A sujeição das notícias no rádio ao conteúdo determinado pelas agências e jornais impressos também fez com que, durante o período, as notícias nacionais e internacionais fossem privilegiadas em detrimento das regionais — cenário que contraria o critério de proximidade e a característica da prestação de serviço que, após, ganharam relevância com o desenvolvimento do meio. Os acontecimentos locais eram noticiados com dias e até semanas de atraso em localidades do interior de estados mais afastados (ZUCULOTO, 2012), prevalecendo notícias das grandes cidades do centro do Brasil. O radiojornalismo baseado no “Repórter Esso” também consolidou o modelo norte-americano como o principal formador da radiodifusão brasileira.

Essas agências internacionalizaram um tipo de jornalismo, então nascente nos Estados Unidos e na Europa, que dá importância ao imediato, ao extraordinário, ao sensacional, ao superficial, ao bizarro, ignorando a articulação dos fatos, os processos sociais, as diferenças culturais entre os povos; é o jornalismo definido como *fait-divers* (DANTAS, 1996 apud ZUCULOTO, 2012).

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, o contexto histórico e cultural seguiu sendo determinante para o desenvolvimento do radiojornalismo brasileiro. O surgimento da TV, os avanços tecnológicos (como a criação dos transistores), a política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, o conturbado cenário político entre os governos Jânio Quadros, João Goulart e o período da ditadura militar impulsionaram o interesse nas notícias. Foi a partir daí que algumas das principais características do radiojornalismo até hoje ganharam força: a valorização do regional, local e a prestação de serviços. Zuculoto (2012) corrobora

com a visão de Ortriwano (1985) que aponta que o desenvolvimento do rádio no Brasil “segue paralelo ao do próprio desenvolvimento do país”. A autora considera o fator local um dos principais a auxiliar o rádio a sobreviver na era de expansão da televisão, já que o próprio radiojornalismo foi uma das saídas para manter o meio rentável em meio à crise decorrente tanto do surgimento da TV como a uma queda no modelo. Nos anos 70 e 80, ao mesmo tempo que censuravam o jornalismo, os militares investiam em tecnologias que facilitavam a expansão das emissoras em FM (Frequência Modulada). Uma das consequências do investimento foi a aposta, principalmente pelas rádios em AM (Amplitude Modulada) - antes dominantes -, nas notícias e debates mais falados.

O rádio absorve em sua melhor época peculiaridades narrativas que vitalizam a força do veículo e acentuam as suas características de instantaneidade, universalidade, atualidade e apelo direto, condições que o transformam em instrumento de ação social. O radiojornalismo, em todas as suas modalidades, é um exemplo disso. É a informação instantânea e sumária emitida como alternativa da notícia impressa que populariza o radiojornalismo. (BAHIA, 1990 apud ZUCULOTO, 2012)

Nos anos 90, a implementação de redes de rádio passou a trazer com facilidade informações alcançando todo o país, prestando um “novo serviço de Unidade Nacional” (CASQUEL, 1972 apud ORTRIWANO, 1985), já que “a rigor, podemos considerar que nunca o rádio brasileiro chegou a ter características realmente nacionais” (ORTRIWANO, 1985) levando em conta ainda a preferência aos acontecimentos das regiões centrais. Mesmo assim, as emissoras com transmissões em cadeia ainda reconheciam na prestação de serviços local a estratégia correta.

O caráter local que o radiojornalismo redescobre ao perder para a televisão o seu papel centralizador cria uma espécie de redivisão territorial do éter: a TV forma as grandes cadeias e comanda a cobertura dos grandes acontecimentos; o rádio delimita a sua influência na cidade ou na região onde opera, dirigindo-se antes à comunidade que à nação. (BAHIA, 1990 apud ZUCULOTO, 2012)

Desde 80, porém, tanto as emissoras AM quanto FM notaram a especialização e segmentação de público como a estratégia correta para atender às demandas

juntamente com a prestação de serviço à comunidade. A separação entre departamentos de jornalismo informativo e a prestação de serviços, de utilidade pública, começa a entrar em declínio, uma vez que o rádio se enquadra como o meio mais adequado para levar à comunidade informações sobre situações que afetam o cotidiano do público.

Acompanhando as inovações tecnológicas, a notícia radiofônica se transformou e passou por altos e baixos no Brasil (na maioria do tempo sendo um espelho do que acontecia nos Estados Unidos). Mesmo com as mudanças, muito do que havia sido estabelecido a partir do modelo do Repórter Esso se manteve. As características principais como o imediatismo, a objetividade, a preferência pelas frases curtas e na ordem direta permanecem. Até porque o próprio rádio seguiu com as vantagens de ser um veículo de baixo custo e alta abrangência geográfica, além da autonomia de fios e tomadas que permite uma maior mobilidade e o fator de não depender de outro sentido sem ser a audição para conseguir acompanhar as notícias. Outros pontos, porém, foram impactados pelas novas formas de fazer rádio. Os manuais de redação passaram a permitir notícias com frases um pouco mais extensas, mas dando ênfase para a coloquialidade, como se o repórter (e não mais apenas o locutor) estivesse em uma conversa informal com o ouvinte.

A alternativa de escutar rádio na internet mesmo após o fim da transmissão ao vivo fez os ítems que marcavam a instantaneidade também sofrerem alterações, afinal o ouvinte pode ter o recurso de ouvir de novo. Mesmo assim, a prevalência da reportagem ao vivo e da prestação de serviços reserva espaço para os elementos instantâneos. O que caiu em desuso foram os chamados “vozerões” e a preferência pelo estilo quase telegráfico (ZUCULOTO, 2012). O objetivo, no fim, é levar a informação ao ouvinte com a maior clareza e velocidade.

O termo radiojornalismo, originalmente, remete à palavra impressa e embora historicamente a tenha superado, com a transposição da atividade aos meios eletrônicos, essa mudança não fez sem que trouxesse, em sua esteira, uma série de tradições, normas, hábitos e técnicas daquele outro tipo de suporte material. Na medida, porém, em que os novos suportes modificaram a atividade, a fixação na designação anterior — o congelamento do conceito — por vezes obscurece as diferenças estabelecidas nessa mutação. O radiojornalismo não é apenas um novo canal para a mesma mensagem do jornalismo, é também um jornalismo novo, qualitativamente diferente, e a designação diversa procura dar conta dessa transformação. (MEDITSCH, 2007 apud ZUCULOTO, 2012)

Essa definição de Meditsch (2007) vai ao encontro da crença trazida no início deste capítulo do rádio como uma instituição social, que através de diferentes elementos sonoros (e, agora, até mesmo com a utilização de imagens pela internet), busca alcançar diversos públicos e, no caso do radiojornalismo, levar a informação objetiva e clara aos ouvintes. Quando valorizado o âmbito regional, a notícia no rádio ocupa um espaço importante, servindo para “ênfatizar o poder nativo do rádio de envolver as pessoas umas com as outras” (McLuhan, 1964 apud ZUCULOTO, 2012).

3. SEGREGAÇÃO SOCIAL E A NORMALIZAÇÃO DA SUBCIDADANIA PERIFÉRICA

3.1 O histórico da concepção de periferia e seus efeitos

Desde a *polis*, cidade-estado grega, e das *civitas*, cidades romanas, a organização geográfica da sociedade nas cidades é influenciada diretamente pela posição nas classes sociais e pela participação política. Ao mesmo tempo em que a cidade marca uma vida coletiva, organizando o território e as relações políticas, ela

também é repleta de fronteiras imaginárias, “que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos seus moradores” (ROLNIK, 1995). Essas fronteiras estabelecem, assim, a segregação urbana que separa espacialmente a sociedade, podendo ser de forma escrachada (por exemplo em regimes como o *apartheid* na África do Sul, que limitava o acesso de negros a determinadas localidades) ou também evidenciada pelos condomínios fechados da burguesia das cidades atuais. No Brasil, o processo de abolição da escravatura sem reparação social também provocou a marginalização da população negra, alvo de constantes processos históricos de políticas de remoção com efeitos presentes nas periferias até hoje.

Para Rolnik (1995) a questão da segregação urbana nas cidades capitalistas reserva a privatização da vida burguesa (que se organiza em meios homogêneos, como os condomínios), enquanto determina um território popular como de vida coletiva e de luta pelo espaço urbano. A separação se dá na limitação das classes sociais, na desigualdade de investimento e atenção pelas administrações locais e, por consequência, na divisão entre lugares de trabalho e lugares de moradia — os chamados bairros-dormitórios. Essa estruturação da relação entre centros e periferias como geográfica e social é desenvolvida a partir de fatores como a instalação de poderes administrativos nos centros das cidades e impulsionada por bases econômicas e políticas.

Do ponto de vista econômico ela está indiretamente relacionada à mercantilização ou a monetarização dos bens necessários para a produção da vida cotidiana. A moradia passa a não ser mais uma unidade de produção porque bens que nela eram produzidos se compram no mercado. Por outro lado o bairro residencial exclusivo é possível e a superdensidade dos bairros dos trabalhadores é cada vez mais real exatamente porque a terra urbana é uma mercadoria — quem tem dinheiro se apodera de amplos setores da cidade, quem não tem precisa dividir um espaço pequeno com muitos. Do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto. (ROLNIK, 1995)

As periferias, regiões que estão mais afastadas dos centros urbanos, são caracterizadas por terrenos com valor mais baixo, o que também é fruto da especulação imobiliária. O conceito, entretanto, carrega uma série de outros valores no imaginário social e também na realidade cotidiana.

O conceito de periferia foi forjado de uma leitura da cidade surgida de um desenvolvimento urbano que se deu a partir dos anos 1980. Esse modelo de desenvolvimento privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Essa talvez seja sua principal característica, migrada de uma ideia geográfica, dos loteamentos distantes do centro. Mas é preciso lembrar que a periferia é marcada muito mais pela precariedade e pela falta de assistência e de recursos do que pela localização. Hoje há condomínios de alta renda em áreas periféricas que, claro, não podem ser considerados da mesma forma que seu entorno, assim como há periferias em áreas nobres da cidade. (ROLNIK, 2010)

Dessa forma, ainda que seja a lógica da cidade capitalista que provoque o surgimento de favelas, o sistema se exime das responsabilidades, colocando uma visão estrangeira aos bairros periféricos.

O cortiço, contradição do sistema que reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto. Para os moradores favelados o clamor pela intervenção do Estado se formula com a exigência do reconhecimento a este grupo da condição de cidadão e portanto merecedor de infraestrutura, equipamentos públicos e habitação digna. (ROLNIK, 1995)

Não só a existência da periferia, como também o imaginário construído sobre esses lugares possui um *status* de naturalização principalmente em países que são considerados periféricos, como o Brasil. Nesse sentido, a obra de Souza (2004) percorre um caminho de esforço de compreender as razões e o desenvolvimento do processo de naturalização da desigualdade no país e de uma subcidadania. A homogeneização de padrões sociais burgueses que originaram os parâmetros de cidadania em países europeus não necessariamente foram fruto de lutas consensuais no Brasil. Para fazer essa diferenciação, Souza (2004) classifica, além de um “*habitus* primário”, que estabelece esquemas incorporados na sociedade com base no conceito de Bourdieu (1997), um “*habitus* precário”.

O *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário em sentido descendente, ou seja, aquele tipo de personalidade e de disposição de comportamento que não atende às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva, podendo gozar de reconhecimento social com todas as dramáticas conseqüências existenciais e políticas aí implicadas. (SOUZA, 2004)

No caso brasileiro, esse conceito é aplicado ao que Souza (2004) chama de “a ralé”, que seria a classe C, não reconhecida como classe social em um país que “nega, esconde e eufemiza todos os seus conflitos e problemas” (SOUZA, 2015 apud SILVEIRA, 2016). Conforme o autor, a desigualdade se intensificou a partir de 1930 no país, separando os adaptados às novas lógicas de produção daqueles que se tornariam cada vez mais marginalizados e ligados a um “fracasso pessoal” (SOUZA, 2004). Os signos que marcam a subcidadania fazem parte de acordos sociais opacos que perpassam as interações cotidianas. Um dos autores que aparecem articulado com outros durante a reflexão de Souza (2004) é Pierre Bourdieu. O sociólogo francês defende que essa naturalização se dá pela “inscrição durável das realidades sociais no mundo” (BOURDIEU, 1982) uma vez que o espaço físico é reflexo também do espaço social.

O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função do capital e também da distância física desses bens, que depende também desse capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 1997).

Assim, o acesso a determinados espaços é restrito a quem já tem capital social. As oportunidades são limitadas por hierarquizações incorporadas através de distâncias sociais e espaciais, de maneira que a violência simbólica passa despercebida, e o outro, o indesejado, segue sendo mantido longe, uma vez que “a falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 1997). O afastamento e a evitação do convívio com a alteridade rotulada como um “perigo” pode ser percebida na popularidade dos condomínios fechados, no aumento do mercado de carros blindados e em outras práticas preventivas causadas pela violência midiaticizada. (CAVALCANTI et al, 2005)

Saindo do campo filosófico e partindo para a prática na realidade brasileira, o conceito de periferia passou por modificações e ressignificações. No contexto mundial, os estudos urbanos tentavam compreender a relação entre os países

centrais e aqueles que passavam por um processo de explosão demográfica entre os anos 1950 e 1960 (D'ANDREA, 2020). O termo, no âmbito qualitativo da obra, passou da utilização no meio acadêmico para o cinematográfico e, após, para os próprios moradores. Para D'Andrea (2020), o grupo de rap Racionais Mc's teve papel crucial na popularização e aceitação da periferia como identidade, acima de, necessariamente, limitações geográficas. O autor chega a identificar a periferia como um "local de violência e pobreza, mas com solidariedade e potências" (D'ANDREA, 2020).

Em Rosa (2009) é possível encontrar a visão de que os territórios periféricos paulistanos seriam conceituados nos primeiros trabalhos acadêmicos sobre o tema, entre os anos 50 e 60 e com influência de correntes de pensamentos sociológicos na América Latina, como "socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais e localizados tipicamente nas extremidades da área metropolitana." (TORRES et al, 2003 apud ROSA, 2009). Esses pensamentos pioneiros, entretanto, demarcaram um caminho da conceituação dos estudos sobre periferia como se essa fosse um "extremo oposto da ordem e da formalidade da cidade", visão que contribuiu para o afastamento, para enxergar o ser periférico como o outro, não reconhecido como parte da sociedade.

A obra de D'Andrea (2020) indica que nos anos 90 o termo virou uma representação de denúncia no Brasil: quanto mais avançava um sistema capitalista de fortalecimento do consumo, mais aumentavam as contradições sociais e a negação da existência de classes populares atingidas. É a partir da necessidade de denunciar e superar os conflitos de pobreza e violência causados pelo contexto que as atividades culturais se apresentam como fuga da estigmatização. As alternativas positivas de potência e cultura se somaram com o reconhecimento de um estilo de vida atrelado a classe trabalhadora. Com isso, a partir do segundo quinquênio dos anos 2000, o termo periferia passa a ser conectado com (além da localização geográfica) a classe social, os componentes raciais, culturais e políticos e com um estilo de vida compartilhado pelos moradores das regiões.

A percepção territorial que perpassa todas as experiências, mesmo quando díspares, é aqui conceituada como consciência periférica, engendrada e induzida por um processo social e histórico que colocou em relevo o debate

sobre o território e produziu sujeitas e sujeitos periféricos capazes de entendimento de sua condição urbana e de uma prática política em prol do território, mesmo que as categorias de representação mobilizadas por essas sujeitas e por esses sujeitos não sejam necessariamente as mesmas. (D'ANDREA, 2020)

O reconhecimento do conceito de *sujeitos periféricos* é visto por D'Andrea (2020) como resultado do desmonte dos movimentos populares por conta do ataque aos direitos trabalhistas que enfraqueceram os sindicatos no final dos anos 80 e no decorrer dos anos 90. O termo passa a ser mais usual a medida que alguns fatores contextuais são identificados, como o *habitus* — apontado por Souza (2004) a partir do conceito de Bourdieu (1982) e já trabalhado nesta seção —, o compartilhamento de códigos e vivências e a consciência de pertencimento (D'ANDREA, 2020).

As sujeitas e sujeitos periféricos ao agir politicamente de maneira organizada reforçam a ideia da periferia como uma classe, estritamente ligada aos trabalhadores e vinculada aos atos artísticos, culturais e políticos que já foram mencionados como características da potencialidade positiva desses territórios. É neste ponto que D'Andrea (2020) traz um dos papéis do jornalismo no processo: o acesso ao meio jornalístico e às universidades faz com que os próprios sujeitos periféricos ocupem espaços que desprezam a mediação de outros atores que distorciam imagens e conhecimentos. O aumento das atividades culturais foi uma das alternativas encontradas para pacificar, humanizar e gerar renda em contextos de negligência do estado e de violência.

Já pelo lado da definição quantitativa do conceito de periferia de D'Andrea (2020), a localização geográfica — distante dos grandes centros onde se concentra a maior atenção da administração pública e dos locais de trabalho — e os índices socioeconômicos — como a média salarial dos moradores do bairro geralmente relacionada à pobreza — são os fatores que pesam. Aparece, nesse ponto, denominações como os cortiços e as favelas (nomenclaturas menos utilizadas nas regiões periféricas de Porto Alegre, objeto de estudo deste trabalho). Essas delimitações, entretanto, não excluem a possibilidade de existir bolsões de riqueza dentro de regiões afastadas dos centros, mas que não se caracterizam por lugares periféricos. Uma projeção de 2016 da ONG ComCat — Comunidades Catalisadoras

estima que “um terço da população mundial esteja vivendo em assentamentos urbanos informais até 2050” (STEFFEN, 2020).

3.2 Definindo periferia em Porto Alegre

A comparação com a imagem dos territórios de Rio de Janeiro e São Paulo causa uma impressão, no senso comum da capital gaúcha, que não existem favelas em Porto Alegre. A observação de diversos conjuntos de moradia precários na cidade, porém, contraria essa visão. Apesar disso, o censo de 2010 do IBGE aponta que mesmo com índices de favelização inferiores à cidade do Rio de Janeiro, naquele ano a capital gaúcha ultrapassava a proporção da cidade de São Paulo. Fachin (2016) na Revista IHU ressalta que esse censo estima que cerca de 13,7% da população porto-alegrense vivia em aglomerados subnormais. Os números vão ao encontro das ideias do economista Ricardo Agostini Martini (2008), que realizou uma série de postagens em seu blog mapeando a pobreza de Porto Alegre, listando as vilas e identificando concentração de índices precários em regiões.

As principais concentrações de pobreza na capital gaúcha estão nas ilhas do Guaíba (ainda que sejam favelas pequenas), no extremo norte da cidade, na fronteira com Alvorada, na encosta dos morros (morro Santana, morro da Cruz, morro da Polícia, morro Santa Tereza, morro do Sargento), e nas "baixadas", regiões de baixa altitude entre os bairros residenciais, que não são vistas das grandes avenidas de circulação (como a Vila Bom Jesus, a Vila Tronco e a Vila Cruzeiro). Além disso, a cidade conta com um bom número de vilinhas, isto é, pequenas favelas de dimensão inferior a uma quadra. Essas vilinhas são mais comuns na região sul do que na zona leste, e nessa última, concentram-se ao longo da Avenida Ipiranga e no bairro Vila Jardim. Pelo mapa, a maior favela da cidade é o complexo Partenon-Morro da Cruz, localizada na encosta norte do mesmo morro, e que circunda o presídio municipal (MARTINI, 2008).

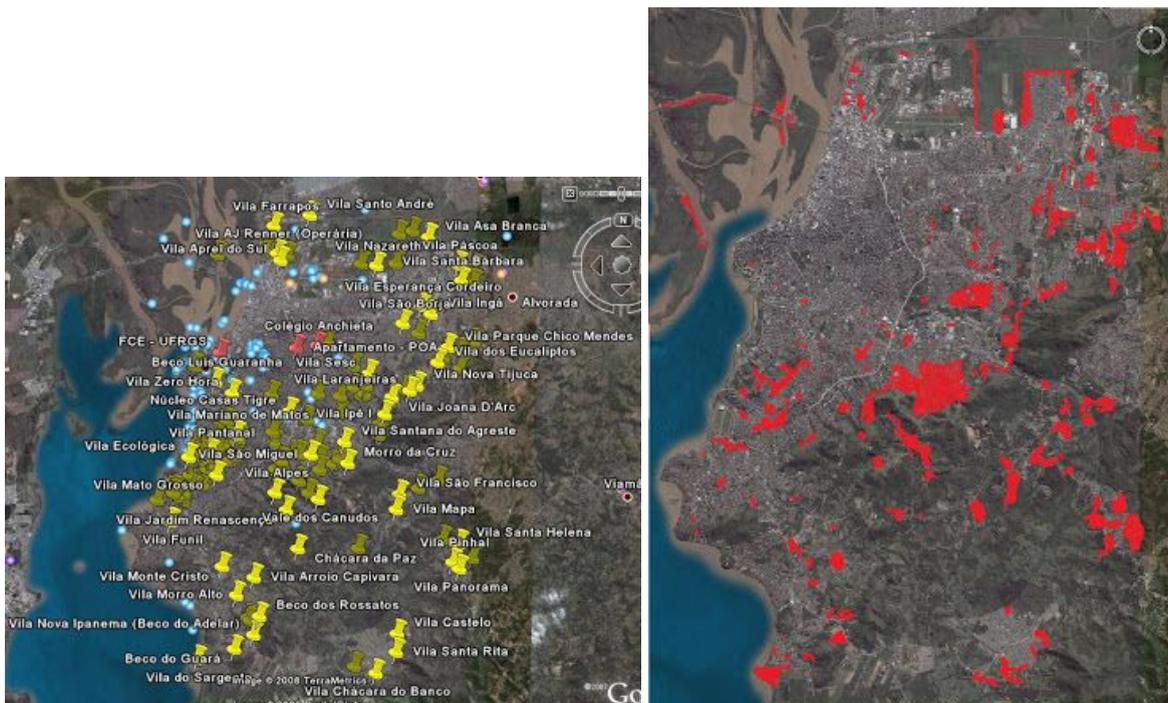


Imagem 1: Mapeamento das vilas de Porto Alegre publicadas por Ricardo Agostini Martini em 2008.
 Imagem 2: “Mapa da pobreza” de Porto Alegre publicado por Ricardo Agostini Martini em 2008.

Pinheiro (2017) em entrevista para a Revista IHU, da Unisinos, definiu as periferias de Porto Alegre como diversas por serem caracterizadas por um interior de diferentes realidades periféricas, com uma hierarquização até mesmo entre “vilas” e “favelas”. Ao tratar das favelas da capital gaúcha, a Revista IHU (2017) considera-as como resultado de políticas de planificação e higienização da cidade, com a expulsão de pessoas pobres do centro da cidade no início do século XX. Essa seria uma marca comum das vilas e favelas diversas de Porto Alegre, percebendo-se um intercâmbio cultural independente da proximidade geográfica entre elas. No artigo, a noção de periferia é abordada como a “manifestação de “fronteiras” socioeconômicas e culturais, para além dos distanciamentos topográficos que possamos delimitar” (IHU, 2017).

Mesmo com 94 bairros oficiais⁵, a capital gaúcha tem um déficit habitacional estimado pela revista, com base nos dados do IBGE (2010) e na entrevista com Pinheiro (2017), de cerca de 38 mil unidades. O professor analisa que os bairros Lomba do Pinheiro e Restinga possuem os piores quadros. Enquanto a média de

⁵ Disponível em

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1iau8bF4P7aoT0q6Xpqqxqxc2Fcr8hA7&ll=-30.23446142364474%2C-51.08602&z=13>.

domicílios pobres com renda per capita de até meio salário mínimo em toda Porto Alegre era de 9,8%, só no bairro Mário Quintana, na zona norte, esse número chegava a 31,1%.

A diferença entre a região central e as periféricas da capital gaúcha pode ser percebida a partir dos dados do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA)⁶. Segundo a separação dos bairros em regiões do Orçamento Participativo da cidade, enquanto nas regiões Norte e Extremo Sul o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de, respectivamente, 2,64 e 2,92 salários mínimos, na região Centro esse valor chega a 8,81 salários mínimos. A discrepância é evidenciada também em dados como a taxa de analfabetismo: 3,43% (Norte), 3,29% (Extremo Sul) e 0,51% (Centro).

Além disso, o próprio Departamento Municipal de Habitação contabiliza, em um mapa de Áreas de Vulnerabilidade, mais de 100 pontos de Porto Alegre considerados como “Vilas”, “Aglomerados Subnormais” e “Áreas de Risco”⁷. O mais recente estudo divulgado pelo IBGE (2019) indica que Porto Alegre tem ao menos 118 localidades consideradas “Aglomerados Subnormais”⁸, ou seja,

forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. (IBGE)

Além da falta de investimento por parte do poder público, a realidade dessas localidades é prejudicada pela reprodução de um imaginário social que alimenta o ciclo de afastamento, marginalização e subcidadania dos moradores da periferia. Omura (2019) defende que a classificação de “morador de periferia” é carregada como uma chaga social que tem a “identidade associada à ideia de delinquência e criminalidade”. A construção dessa identidade e da percepção social sobre a

⁶ Disponível em <<http://observapoa.com.br/>>.

⁷ Disponível em

<<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-30.067379655047255%2C-51.16772041673278&z=12&mid=1H0PfsLkO41tmanS6HTQpLKISDV8>>

⁸ Disponível em

<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=15951&t=o-que-e>>.

periferia e os sujeitos periféricos perpassa pela maneira como as vilas, favelas e regiões afastadas são noticiadas na mídia.

Não se trata só de um estigma de exclusão, mas de uma exclusão que é real, e não imaginária. Acho difícil romper essa imagem quando os meios de comunicação, por exemplo, mostram apenas o lado negativo das periferias, salvo raríssimas exceções. O estigma se dá quando ela é representada e mostrada pelo olhar de alguém que não vem de lá, que não vive lá, enfim, de um olhar totalmente estrangeiro sobre aquela realidade. Para minimizar essa imagem, é imprescindível dar voz também a outras questões, mostrar outras verdades. Para isso, é necessário oferecer oportunidades para que a periferia possa se mostrar da forma como gostaria. (ROLNIK, 2010)

Para refletir acerca da relação entre o trabalho do jornalismo, a midiatização dos fatos ocorridos na periferia e as imagens e signos formados a partir da forma como a periferia é noticiada, a obra de Silveira é essencial. Em uma de suas pesquisas, a autora compara abordagens das reportagens de TV feitas por jornalistas de fora da realidade periférica com aqueles que vivem em periferias. Entre as práticas prejudiciais da “representação da periferia mediada” (SILVEIRA, 2016) está a omissão da identidade de personagens entrevistados e o fato do ponto de partida da narrativa ser o lado negativo do local para, depois, passar ao que seria o lado positivo, uma exceção do local.

A reflexão já apontada por Rosa (2009) que responsabiliza a dualidade entre centro e periferia por uma linha teórica que rotulou a periferia como homogênea, como espaço de subcidadania, de irregularidades e de ausência do Estado, encontra eco no estudo de Silveira (2009). O entendimento de “mesmidade da identidade dessas periferias” (SILVEIRA, 2009) é reproduzido pelas coberturas jornalísticas, que não atualizam a percepção ou acompanham a transitoriedade dessa população. Para Silveira (2009), a maneira ambivalente como a periferia é retratada na mídia é produto de um “olhar colonial ou colonizante”, dominante, que reflete a falta de diálogo entre a mídia e a sociedade.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Rádio Gaúcha

O objetivo de abordar sobre a notícia no rádio no Rio Grande do Sul preconiza tratar da Rádio Gaúcha. Fundada em 8 de fevereiro de 1927, a emissora se tornou parte do Grupo RBS, afiliado da Rede Globo no estado, em 1957. Apesar do nome e de atuar principalmente em Porto Alegre, a rádio possui a Rede Gaúcha SAT, que alcança outros sete estados brasileiros por meio de afiliadas, além de possuir programação local em outras três cidades do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria. No meio digital, a emissora atua nas redes sociais como GaúchaZh, possuindo também um site que disponibiliza a programação ao vivo e os conteúdos veiculados. A própria empresa informa ainda que é líder de audiência no meio rádio no Rio Grande do Sul há cinco anos consecutivos, alcançando 1 milhão de pessoas por mês somente na Grande Porto Alegre e com conteúdo jornalístico 24 horas por dia.

Esse resultado é considerado ainda mais expressivo porque o primeiro lugar do ranking radiofônico, em outras regiões metropolitanas como Rio ou São Paulo, costuma ser ocupado por emissoras musicais. O desempenho é fruto de uma estratégia colocada em prática ao longo desses 60 meses: a combinação entre a tradicional precisão jornalística com a modernização de programas clássicos como o célebre Sala de Redação e a criação de novas atrações como o Timeline, buscando sempre uma maior agilidade e proximidade com o público. (GAÚCHA, 2020)

Conforme Ferraretto (2006) o surgimento da Rádio Gaúcha (fundada como Rádio Sociedade Gaúcha) se dá em um contexto em que os entusiastas porto-alegrenses sentiam um ambiente propício e uma necessidade de provar que poderia e deveria existir uma estação transmissora na capital gaúcha, após o fracasso da Rádio Sociedade Rio-grandense. Neste período, o rádio encontrava boas experiências em São Paulo e até em Buenos Aires, mas, no Rio Grande do Sul, só contava com “a inconstância das transmissões da Sociedade Rádio Pelotense, que, desde 1925, fazia irradiações eventuais em Pelotas, na Zona Sul do estado” (FERRARETTO, 2006). A iniciativa da formação da Rádio Sociedade

Gaúcha é o resultado dos esforços de um grupo de entusiastas da radiodifusão, que, inclusive, ofereceram uma lista de adesões para quem quisesse assinar e virar sócio-fundador do negócio. Assim, em 1927, cinco anos após o surgimento do rádio no Brasil, nasce a Rádio Sociedade Gaúcha com uma “pretensão cultural e educativa” (FERRARETTO, 2002).

O primeiro presidente foi Fernando Martins de Souza, que era chefe do Departamento de Obras Novas da Intendência Municipal (FERRARETTO, 2002), interessante relação com o poder público. A primeira sede foi um apartamento no último andar do Grande Hotel, no centro de Porto Alegre, local de representativo *status* da elite, o que demonstra que, no início de suas operações na capital gaúcha, “o rádio continuava sendo uma curiosidade para os endinheirados e os intelectuais dos anos 20” (FERRARETTO, 2002). Após uma fase de testes, a inauguração da Rádio Sociedade Gaúcha acontece na noite de 19 de novembro de 1927, com a transmissão de um programa de música erudita e canto lírico. Em 1928, a sede é deslocada para a Praça José Montauray, no bairro Moinhos de Vento.

Na década de 30, a ligação com o poder municipal destacada volta a fazer sentido: em meio a contextos políticos conturbados, a emissora serve de instrumento político de divulgação dos ideais da Aliança Liberal, defendendo os interesses de uma parcela da oligarquia oposta ao governo federal. A Gaúcha faz, então, uma campanha a favor de rebeldes contra o governo de Washington Luiz até a posse de Getúlio Vargas. O uso do rádio na revolução evidenciou o potencial informativo (e jornalístico), “propagandístico e de mobilização popular” (FERRARETTO, 2002) do meio.

Em 1932, a Rádio Sociedade Gaúcha instala uma torre de 50 metros de altura, que serviu de suporte para a antena transmissora e ficou conhecida como um cartão postal de Porto Alegre (FERRARETTO, 2002). A emissora passa também a transmitir notícias lidas dos jornais, a previsão do tempo e um boletim com informações econômicas, mas ainda reserva a maioria da programação para os ideais educacionais e culturais (com apresentações artísticas e aulas de idioma, por exemplo). É só na década de 80 que a Gaúcha consolida uma programação 24 horas voltada para o jornalismo, com um estilo de linguagem falada, se tornando a

líder do mercado no estado e inspirando outras emissoras pelo país. É nesta época, inclusive, que é criado o slogan “A fonte da informação” (FERRARETTO, 2011).

A rádio atua, assim, no formato talk and news, mistura do all-news (exclusivo de notícias) com o all-talk (modo que predomina a conversa), dando força para coberturas ao vivo (FERRARETTO, 2013 apud SABALLA JR, 2019). Hoje, a Rádio Gaúcha já é chamada apenas de Gaúcha, mudança provocada pela própria empresa em um movimento que compreende a produção de conteúdos convergentes, direcionados a diversas plataformas (SABALLA JR, 2019).

Antes de chegar ao ponto da convergência, entretanto, a emissora sofreu alterações na fase da segmentação, na década de 70, período marcado pela delimitação de nichos de conteúdos com audiência estipulada para viabilidade comercial, que é quando a programação começa a se encaminhar para ser completamente jornalística (FERRARETTO, 2012 apud SABALLA JR, 2019). Já a fase de convergência inicia em meados de 1990 e segue até atualmente, caracterizada pelo maior incentivo de interação com o público. Ferraretto (2018) separa o processo de modernização da Gaúcha, que culmina na convergência, na produção multimídia e iniciou em 2008, em três níveis: o tecnológico, o de conteúdo e o dos profissionais empregados (FERRARETTO, 2018). O pontapé inicial foi a operação também em FM (frequência modulada), que marcou a necessidade de presença em todos os meios tecnológicos existentes. A expansão se dá ainda com a criação de uma rede de emissoras, inaugurando, em 2012, as filiais de Santa Maria e Caxias do Sul e, em 2014, de Pelotas.

Ao longo do processo de expansão da Gaúcha para outras plataformas, alteram-se as rotinas de trabalho e passa a ser necessário outro tipo de profissional. Por exemplo, nas ruas, os repórteres não produzem mais apenas áudio. Entram no ar predominantemente ao vivo. A todo momento, geram textos, fotografias e vídeos. Seu equipamento básico é o celular, aparelho para registro, processamento e transmissão. Para garantir qualidade de estúdio na irradiação, recorrem ao Access, que usa protocolo de internet. Quase todo o conteúdo ganha imagem em movimento *real time* via Facebook. (FERRARETTO, 2018, acesso online)

Em uma matéria publicada pela própria GaúchaZH em março de 2020, a empresa destaca a participação média de 13,22% entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 no levantamento da Kantar Ibope Media. Ainda conforme a

emissora, o indicador “share”, entretanto, alcança cerca de 30% no começo da manhã, “isso significa que, de cada 10 pessoas com o rádio ligado, três sintonizam a Gaúcha para iniciar o dia bem informadas sobre temas como trânsito, notícias em geral ou esportes.” (GAÚCHAZH, 2020). Nesta matéria, as falas dos dirigentes da Gaúcha indicam a valorização de uma “lógica permanente de *breaking news*”, para o gerente-executivo de Jornalismo da Gaúcha, Daniel Scola; e de conexão com o ouvinte “a rádio mudou porque o ouvinte mudou e precisamos acompanhar essa velocidade”, para a editora-chefe, Andressa Xavier, também apontando para as adaptações necessárias conforme as tecnologias disponíveis.

Quem ouve a Gaúcha? Grande parte da audiência acompanha a rádio, dependendo do programa preferido. Mas existe uma faixa, considerada como o público fiel da emissora, composta das classes A, B e C, ouvinte qualificado, com poder aquisitivo, formador de opinião e que tem necessidade de se manter constantemente informado dos fatos do momento (KLÖCKNER, 1997 apud PEDROSO, 2017)

Entre os manuais de redação citados por Zuculoto (2012) , na obra que retrata a história da notícia no rádio no Brasil, está o da Rádio Gaúcha⁹. Apesar de possuir raízes no modelo do manual do “Esso” de Heron Domingues, nos anos 90 e início dos 2000 a Gaúcha já apresentava reflexo de outros moldes de noticiosos, valorizando a ordem direta da frase, a clareza, exatidão, concisão e até “elegância” ao se preocupar em trazer todas as informações fundamentais.

4.2 Programação da Gaúcha

Transmitindo 24 horas por dia no formato *talk and news*, a Gaúcha possui uma programação que divide o conteúdo jornalístico entre notícias, reportagens, entrevistas, debates, colunas e comentários, incluindo o jornalismo esportivo. Conforme Saballa (2019), a participação da reportagem ao vivo predomina na emissora, com poucos materiais gravados indo ao ar, consolidando, cada vez mais, o caráter de imediatismo e instantaneidade do radiojornalismo. Atualmente, a grade conta, a depender do dia da semana, com pelo menos 10 programas fixos.

⁹ Zuculoto trabalhou como redatora e editora da Rádio Gaúcha de 1977 a 1980.

Entre eles está o “Gaúcha Hoje”, de segunda a sábado às cinco horas da manhã, com a apresentação de Antônio Carlos Macedo, começa a manhã dando mais espaço para a prestação de serviço, como informações do trânsito e do tempo, notícias de esporte e cidadania, além de abordar os temas que serão assunto do dia. Em seguida, às oito horas da manhã, a primeira edição do tradicional “Correspondente Ipiranga”, boletim de notícias de dez minutos que vai ao ar em quatro horários: 8h, 12h50min, 18h50min e 20h. Às 8h10 Daniel Scola e Rosane de Oliveira analisam os principais assuntos que impactam na vida do público no “Gaúcha Atualidade”, trazendo informações sobre acontecimentos, principalmente políticos, do Brasil e do mundo. O programa é um dos mais antigos da emissora, no ar desde 1977, e surgiu como resposta ao “Agora”, da Rádio Guaíba, principal concorrente da Gaúcha na fase de segmentação do radiojornalismo (RUTTILI, KLÖCKNER, 2017). Após, às 10h, o “Timeline Gaúcha” trata sobre temas que movimentam as redes sociais e lidam com comportamento, cultura, humor, futebol, cotidiano, política e opinião em entrevistas comandadas pelos apresentadores Luciano Potter, Kelly Mattos e David Coimbra. É às 11h que começa a primeira edição do programa que mais movimenta a reportagem da Gaúcha: o “Chamada Geral”, motivo pelo qual foi escolhido para ser objeto de análise deste estudo e será mais detalhado na próxima seção. A primeira edição, selecionada para este estudo, é apresentada por Antônio Carlos Macedo. A segunda vai ao ar às 16h30 com apresentação de Andressa Xavier.

A edição das 11h é seguida por “Esportes ao Meio Dia”, que traz as informações do mundo do futebol e, principalmente, da dupla Grenal, além de equipes que são assunto nas redes sociais no dia. Logo depois, Pedro Ernesto Denardin apresenta o “programa mais tradicional do rádio brasileiro” (GAÚCHAZH, 2020): o “Sala de Redação”, conteúdo mais antigo da emissora (criado em 1971), conta com a participação de Guerrinha, Diogo Olivier, Maurício Saraiva, David Coimbra, Duda Garbi, Rafael Malenotti, Amanda Munhoz e Luciano Potter, debatendo sobre futebol.

Já o “Gaúcha +” começa a ser transmitido às 14h30 com Leandro Staudt, Diogo Olivier e Kelly Matos realizando entrevistas e recebendo a participação de comentaristas para abordar os principais assuntos do momento. O programa é

seguido pelo “Chamada Geral 2ª Edição”, das 16h30. Depois, às 17h30, “Hoje nos Esportes” fecha a tarde com Luciano Périco e Maurício Saraiva usando a interatividade com o público para falar sobre a dupla Grenal.

No início da noite, o “GaúchaZh 19 horas” traz as principais assuntos do dia em vários segmentos (jornalismo, esporte, entretenimento) com música e comentários dos apresentadores Gustavo Manhago e Leandro Staudt. Às 20h10 entra no ar o “Show dos Esportes”. Às 22h Marcelo de Bona coloca em pauta as novidades do jornalismo geral e esportivo, além de projetar o que será notícia no dia que está para começar depois do “Estúdio Gaúcha”.

A grade da noite e da madrugada normalmente dependem do dia da semana por conta das transmissões dos jogos de futebol, principalmente de Grêmio e Internacional, já que além da narração da partida a programação também conta com programas de projeção e análise dos confrontos. Mesmo assim, programas como “Balanço Final”, à meia-noite, “Esporte e Cia”, às 1h30, e “Madrugada Gaúcha”, às 3h, constam na programação. Além disso, a grade conta com cerca de 20 edições diárias do boletim “Notícia na Hora Certa”, que, nas horas cheias, traz manchetes e boletins rápidos. Como uma parte dos programas é transmitida em vídeo, alguns ficam disponíveis no site GaúchaZh e nas redes sociais.

4.3 Programa Chamada Geral - 1ª Edição

“O programa da reportagem GaúchaZh”: essa é a definição do Chamada Geral evidenciada na abertura do programa, após uma vinheta que também vai no mesmo sentido “A reportagem da Gaúcha em ação”, pelo apresentador da 1ª Edição do radiojornal, Antônio Carlos Macedo. A frase é repetida na volta de cada comercial, que separa o programa em quatro blocos no horário entre às 11h e às 11h55 de segunda à sexta-feira. Segundo Saballa e Ferraretto (2018), o programa surgiu em meados de 1970, mas chegou a ser interrompido entre 1981 e 1984.

Em sua fase inicial, ocupava a faixa das 18 às 18h30. Quando retornou dentro do projeto de reposicionamento da Gaúcha como talk and news, passou a ser transmitido das 17h05 às 17h55. Em dezembro de 1990, ganhou uma edição matutina, das 11 às 11h55 e, em maio de 2012, começou a contar com uma noturna, das 23h à 0h, descontinuada em

março de 2015. Atualmente, a primeira edição segue no horário das 11 às 11h55, com Antônio Carlos Macedo na apresentação, enquanto a segunda é transmitida das 16h30 às 17h30, sob o comando de Daniel Scola. (SABALLA, FERRARETTO, 2018)

O programa é o principal radiojornal de GaúchaZh, já que o âncora aciona os repórteres a todo o momento. O primeiro bloco é o mais extenso, abrindo com notícias mais factuais, seguidas por informações de prestação de serviço — geralmente boletins de trânsito ou participação do meteorologista Cléo Kuhn, a depender dos acontecimentos do dia —, e pelas manchetes de Grêmio e Internacional. Antes dos intervalos, Antônio Carlos Macedo costuma chamar o repórter que entra logo após o comercial para dar uma manchete sobre o assunto que será tratado, com a intenção de manter o ouvinte na audiência. O segundo bloco é aberto, assim, com a notícia que foi anunciada antes do intervalo e conta ainda com mais prestação de serviço — geralmente previsão do tempo ou trânsito, nessa ordem de frequência —, além do mercado financeiro. Um dos jornalistas de GaúchaZh costuma participar especificamente para ressaltar o que é destaque no site, as matérias mais lidas e que estão na capa da plataforma. A terceira parte costuma ser menor, com menos notícias, a depender do dia noticioso, podendo ser inclusive mais informações do trânsito. Já o último bloco é reservado para o apresentador do “Esportes Ao Meio Dia”, Filipe Gamba, trazer o que será abordado no programa que vem depois do Chamada Geral 1ª Edição.

Além dos repórteres, o programa conta com a participação do time de colunistas da emissora, como de Giane Guerra, que traz notícias ligadas à economia, ao mercado de trabalho e de criação, fechamento ou inovações em empresas, assim como avaliações do desempenho do mercado. Muitas vezes, a transmissão ao vivo de eventos importantes, como anúncios oficiais, pode tomar grande parte do programa.

O predominante, ainda assim, são as inserções ao vivo de repórteres de vários pontos de Porto Alegre ou até mesmo do Rio Grande do Sul. Os materiais gravados, como reportagens ou boletins, são exceção na lógica do Chamada Geral, até porque, por diversas vezes, o âncora interage com o repórter, comentando a notícia ou indagando mais questões que ele julga relevantes para o entendimento do público. A valorização das entradas ao vivo foi possível, cada vez mais, com o

avanço das tecnologias. Hoje, as reportagens ao vivo da rua são feitas a partir de aparelhos celulares e aplicativos como o Access, que transmite áudio com qualidade via internet. Saballa e Ferraretto (2018) indicam a telefonia celular, em 1990, e a internet comercial, em 1995, como marcos iniciais para a facilitação das inserções ao vivo, tornando-se predominantes no Chamada Geral na década de 2010.

Além dessas facilidades tecnológicas, as reportagens no Chamada Geral são predominantemente ao vivo, por uma decisão editorial. É adotada não apenas para o relato do acontecimento urgente – um incêndio ou uma enchente, por exemplo –, mas também para assuntos rotineiros, com o objetivo de atrair a atenção da audiência. (SABALLA, FERRARETTO, 2018)

Além das reportagens ao vivo, o que aparece nas participações dos jornalistas no Chamada Geral é um material misto: o repórter faz a entrevista com a fonte previamente e utiliza parte da entrevista como uma sonora, ou seja, roda a gravação de um trecho do áudio com o que foi dito pela própria fonte. Essa *ilustração* (SABALLA, FERRARETTO, 2018) do material gravado é um dos recursos a serem utilizados para aumentar a autenticidade da informação passada. O próprio modo ao vivo já potencializa a credibilidade uma vez que o repórter consegue passar, assim, uma linguagem coloquial, como se fosse uma conversa com o ouvinte e o apresentador — o que também exige mais capacidade de fala de improviso e articulação, já que muitas vezes o texto só é redigido na hora de ser publicado no site, mas não para entrar ao vivo na rádio.

Conforme Luiz Gonzaga Motta, são usadas estratégias para provocar um efeito de real, fazendo com que o público interprete a narrativa como uma verdade, “como se os fatos estivessem falando por si mesmo” (MOTTA, 2013, p. 199). Uma dessas, segundo o professor da Universidade de Brasília, é utilizar expressões que remetem ao momento presente, como “aqui” e “agora”, por meio das quais também o hoje, o ao vivo e o on-line passam a ser valorizados: “Na afirmação radical do presente (a atualidade), o jornalismo constrói a sua versão de neutralidade e objetividade, reduzindo e encerrando tudo no momento atual” (MOTTA, 2013, APUD SABALLA, FERRARETTO, 2018).

O caráter de radiojornal que dá destaque ao factual é evidenciado em grandes acontecimentos ou situações como, por exemplo, temporais que afetam severamente o estado. Nessas horas, o programa se molda em volta do tema,

realizando uma prestação de serviço dos principais pontos atingidos, passando orientações dos órgãos competentes como da Defesa Civil e fazendo uma projeção da previsão do tempo nessas localidades.

4.4 Análise de conteúdo como método

A principal busca deste estudo é responder o seguinte problema de pesquisa: “quais critérios de noticiabilidade são aplicados pelo programa Chamada Geral 1ª Edição para noticiar a periferia de Porto Alegre?”. O objetivo geral é estudar a percepção (se positiva ou negativa) da periferia a partir da forma como ela é retratada no programa em questão, ou seja, dos critérios escolhidos. Os objetivos específicos são identificar qual o espaço dado para a periferia no noticiário cotidiano do rádio, qual a temática das notícias veiculadas sobre as localidades periféricas e apontar como a construção da imagem da periferia é afetada pela representação na mídia.

O trabalho se enquadra como uma pesquisa quantitativa e qualitativa. É quantitativa porque contabiliza quantas notícias saíram sobre a periferia em 10 dias e qual o tempo ocupado do total selecionado — e qualitativa — ao ponto que classifica a percepção das reportagens como positivas ou negativas, além de apontar de que maneira essa representação impacta na construção da imagem da periferia no imaginário social. Para tal, aprofundou-se em questões bibliográficas como radiojornalismo, função social do jornalismo, critérios de noticiabilidade e o conceito de periferia.

A metodologia escolhida para responder o problema foi a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011), surgiu em há meio século atrás nos Estados Unidos. Os meios jornalísticos eram, inclusive, um dos objetos de estudo que demandavam a utilização desta técnica, que também se caracteriza por estar em “constante aperfeiçoamento” e ser aplicável “a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011 apud SANTOS, 2012). Bardin (2011) separa a análise de conteúdo entre pré-análise, análise e interpretação.

O embasamento teórico sobre o fazer do jornalismo no rádio e as reflexões acerca da função social que carrega, além da conceituação de periferia, fazem parte da base que norteiam as hipóteses desenvolvidas na fase de pré-análise do método

de análise de conteúdo, conforme a classificação de Bardin (2011). O material a ser analisado consiste em 10 programas do Chamada Geral 1ª Edição.

Para explorar o *corpus* selecionado é necessário criar regras que encaminham o recorte da pesquisa a partir da presença ou da ausência de determinados elementos; da frequência, intensidade, direção ou ordem (BARDI, 2011 apud SANTOS, 2012). No presente estudo, tanto a presença e ausência, quanto a frequência e a direção (ou seja, percepção positiva ou negativa) de notícias sobre a periferia serão observadas. A categorização desses elementos é baseada no critério semântico da temática da periferia de Porto Alegre e depois será comparada com o todo do noticiário.

Além de descrever o conteúdo, a metodologia também caminha no âmbito da hermenêutica, mas utilizando-se da inferência para “esclarecer as causas da mensagem ou as consequências que a ela pode provocar.” (BARDIN, 2011 apud SANTOS, 2012). Assim, a análise de conteúdo tem por objetivo “manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” (SANTOS, 2012). Na fase final, de interpretação, o referencial teórico será retomado para evidenciar de que maneira as notícias veiculadas no cotidiano sobre a periferia afetam a construção da imagem de locais e sujeitos periféricos no imaginário social.

4.4.1 - Programa Chamada Geral como objeto

O trabalho analisa a produção das duas primeiras semanas de novembro de 2019 no programa Chamada Geral 1ª Edição, que vai ao ar de segunda à sexta-feira às 11h com 55min de duração, resultando em 10 programas e um pouco mais de 9 horas de gravação. A escolha deste produto, já antes detalhada, se dá pelo protagonismo do Chamada Geral no radiojornalismo gaúcho, uma vez que é considerado o principal programa da reportagem de GaúchaZh, emissora que lidera a audiência do rádio no Rio Grande do Sul há cinco anos consecutivos. Além disso, Saballa (2019) aponta um “predomínio absoluto das participações [dos repórteres] classificadas no gênero informativo”.

Como a intenção é observar como os bairros periféricos e vilas de Porto Alegre costumam ser retratados no cotidiano da rádio, optou-se por selecionar um período

em que a pandemia de coronavírus não estivesse afetando ainda os critérios de noticiabilidade. Desta forma, a pré-análise ou leitura flutuante se deteve em examinar os programas veiculados na primeira segunda-feira de novembro de 2019, no dia 4, até a sexta-feira do dia 15 de novembro de 2019, quando a existência da doença ainda não era de conhecimento público (oficialmente, os primeiros casos foram registrados na primeira semana de dezembro, na China. A Organização Mundial da Saúde foi notificada no final de dezembro, apesar de ter sido estimado que primeiros casos poderiam ter ocorrido em 17 de novembro).

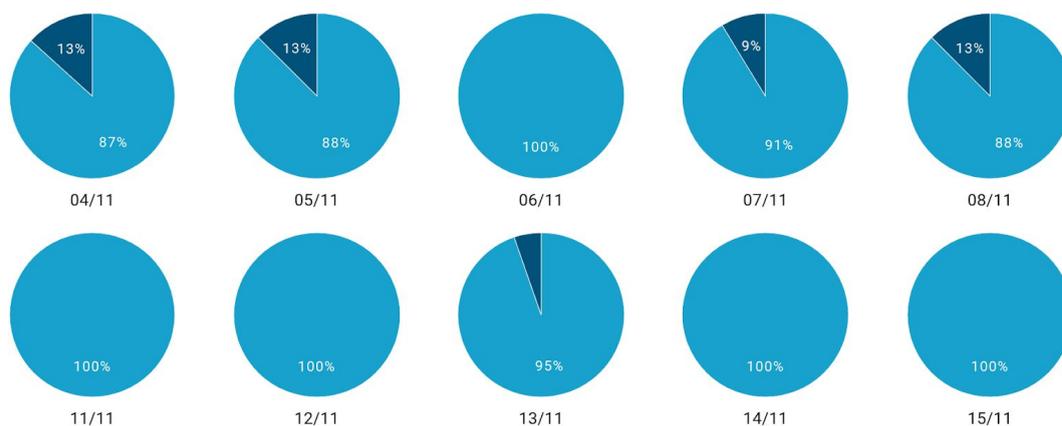
Através do Planilhas Google (Anexo I), uma tabela foi montada com separando em colunas a notícia veiculada, a temática relacionada, a localidade a qual a notícia se referia ou onde o repórter estava — podendo ser bairro, região, cidade, estado e até país, a depender do que era enunciado — uma classificação entre percepção negativa, positiva ou neutra e a identificação do critério de noticiabilidade que fez o acontecimento ser veiculado. Além disso, foram utilizados os roteiros das edições analisadas — cedidos por GaúchaZh (Anexo II).

Assim, foram destacadas as notícias e serviços sobre bairros ou regiões que são afastadas do grande centro de Porto Alegre e que apresentam indicadores como renda média do bairro menor que a da cidade, taxa de analfabetismo e a densidade demográfica a partir de dados disponíveis pelo monitoramento da plataforma Observa POA. Conforme a base de informações, a cidade possui uma renda média de R\$ 1.600,00, enquanto em bairros como Restinga, na Zona Sul, a renda média é de aproximadamente R\$ 469 e Arquipélago, na Zona Norte, de aproximadamente R\$ 505. Além disso, pelo censo do IBGE (2019) que mapeia “Aglomerados Subnormais”, a capital gaúcha tem cerca de 118 pontos de vilas e favelas, pontos que também influenciam nos índices dos bairros. Considerando o cruzamento dessas informações, a escuta do programa foi feita atentando para a aparição de bairros como Aberta dos Morros, Agronomia, Anchieta, Arquipélago, Belém Velho, Boa Vista do Sul, Cascata, Chapéu do Sol, Coronel Aparício Borges, Costa e Silva, Extrema, Farrapos, Glória, Humaitá, Jardim Leopoldina, Lageado, Lami, Lomba do Pinheiro, Mário Quintana, Morro Santana, Passo das Pedras, Pitinga, Ponta Grossa, Restinga, Rubem Berta, Santa Rosa de Lima, Serraria, São Caetano, São José, Sarandi, Vila Jardim, Vila João Pessoa e Vila Nova.

Porcentagem de notícias veiculadas sobre a periferia por dia

Programa Chamada Geral 1ª Edição (novembro/2019)

■ TODAS AS NOTÍCIAS ■ NOTÍCIAS QUE MENCIONAM PERIFERIA



Criado com Datawrapper

Gráfico 1: Infográfico com a porcentagem de notícias veiculadas sobre a periferia nos dias observados (inicial, antes da análise de conteúdo).

Das 15 notícias veiculadas na segunda-feira (4/11/2019), incluindo manchetes do esporte, comentaristas e prestação de serviço, duas faziam referência periferia de Porto Alegre. A primeira pode ser classificada como prestação de serviço com um resumo do trânsito na Zona Norte, mas incluindo um tombamento na Avenida Ary Tarrago e um acidente na Avenida Dante Ângelo Pilla, além de obras na Manoel Elias e registro de lentidão no Caminho do Meio. A segunda é sobre o enterro de um soldado que morreu durante um assalto, já que o repórter retoma que o crime aconteceu na “Rua Antonio João Francisco, na Zona Norte”, localizada no bairro Sarandi.

Na terça-feira (5/11/2019), o programa contou com 16 notícias, sendo duas referentes a locais periféricos. A primeira foi a prisão de criminoso no bairro Rubem Berta, Zona Norte de Porto Alegre. A segunda interfere em uma região com “aglomerados subnormais” identificados pelo IBGE: “Grêmio vai poder assumir obras do entorno da Arena”, que fica localizada no bairro Humaitá, também na Zona Norte de Porto Alegre. Já na edição de quarta-feira (6/11/2019), foram 16 notícias mais dois desdobramentos e comentários em cima do noticiado, porém sem nenhuma reportagem que abordasse a periferia de Porto Alegre.

Entre notícias e desdobramentos do trânsito por conta das chuvas no Rio Grande do Sul, a quinta-feira (7/11/2019) contou com 23 boletins, sendo dois deles mencionando regiões periféricas da capital gaúcha. O primeiro é “Nível do Guaíba segue subindo na região das ilhas. Já há alagamentos pelas ruas e água se aproxima de casas”, o problema se refere ao Arquipélago, considerado um dos principais bairros com baixos indicadores sociais. Ao noticiar a ocorrência de alagamentos por conta da chuva em Porto Alegre, o repórter destaca alagamentos e buracos na Avenida Plínio Kroeff e na avenida Bernardino Silveira Pastoriza, ambos na Zona Norte, no Rubem Berta.

Na sexta-feira (8/11/2019), duas notícias podem ser destacadas de um total de 16. A primeira: “Ministério Público Federal quer saber do Dnit se mudança de projeto manteve ou melhorou estrutura da nova ponte do Guaíba e se observou exigências ambientais”, que chega a mencionar a Ilha do Pavão e dos Marinheiros, mas não faz necessariamente uma relação; e a segunda: “Preso por matar colega dentro de supermercado em Porto Alegre fica em silêncio durante depoimento”, que atrela o crime à Zona Norte da cidade, quando, pelo mapa oficial da Prefeitura¹⁰, está localizado na Zona Central (o crime aconteceu no supermercado Zaffari da Avenida Cristóvão Colombo).

A segunda semana do mês começou sem notícias relacionadas a periferia: tanto na segunda-feira (11/11/2019) quanto na terça (12/11/2019) foram 21 e 19 inserções de repórteres e acontecimentos jornalísticos, respectivamente, mas nenhuma referência aos bairros periféricos. Entretanto, durante a análise, uma observação chamou atenção: as notícias relacionadas a crimes costumam conter a localização (respeitando as técnicas de lide), porém, a informação não foi especificada ao noticiar o desdobramento de um caso envolvendo um empresário que atacou mulheres com ácido na Zona Sul (nos bairros Aberta dos Morros e Nonoai).

O Chamada Geral 1ª Edição da quarta-feira (13/11/2019) contou com 19 boletins, sendo uma notícia ocorrida em um bairro periférico: “Após colisão, carro cai

¹⁰ Disponível em

<<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-30.01986059911392%2C-51.20455448346408&z=17&mid=1Dw6urZaK3TAx3hXUvxkjbJX7-4g>>

em arroio na zona norte de Porto Alegre e motorista fica ferida”, situação que aconteceu no Sarandi. Na quinta (14/11/2019) e na sexta-feira (15/11/2019), o programa voltou a não noticiar fatos ocorridos na periferia.

5. PERIFERIA E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

A partir deste quadro é possível observar a quantidade total de inserções de repórteres durante cada dia do programa e, dentro desse total, o número de vezes que a periferia de Porto Alegre foi abordada no período. Além disso, a tabela identifica o critério de noticiabilidade, a temática da notícia (ou a qual editoria do jornalismo ela pertence), a percepção (se é uma notícia positiva ou negativa) e o tempo de duração dentro dos 55 minutos inteiros de programa. É preciso, ainda, detalhar cada uma das reportagens sobre a periferia ou que mencionaram áreas periféricas da capital gaúcha para que se compreenda qual o critério que levou o acontecimento a ser veiculado no radiojornal.

DATA	TODAS NOTÍCIAS	NOTÍCIAS PERIFERIA	CRITÉRIO	TEMÁTICA	CATEGORIA	TEMPO	OBSERVAÇÃO
04/11	15	2	morte/continuidade relevância	polícia trânsito	negativa neutra/negativa	40" 1'10"	-
05/11	16	2	conflito relevância(obras Arena)	polícia obras	negativa neutra	1'41" 1'51"	Arena é uma realidade à parte
06/11	16	0	-	-	-	-	-
07/11	23	2	tempo/relevância trânsito e tempo (buraco)	eventos climáticos trânsito	negativas	1'30" 40"	Primeira vez que abre o noticiário
08/11	16	2	relevância morte/ineditismo	polícia	negativas	2'30" 1'30"	Ponte do Guaíba impacta em toda a cidade
11/11	21	0	-	-	-	-	1'20" sobre desdobramento do caso do homem que jogava ácidos na ZS (Aberta Morros e Nonoai) sem citar a região
12/11	19	0	-	-	-	-	-

13/11	19	1	ineditismo / "infração" (carro no arroyo)	factual	negativa	1'10"	-
14/11	19	0	-	-	-	-	-
15/11	15	0	-	-	-	-	-

Tabela 1: Anotações primárias de quantidade total de notícias veiculadas, quantidade apenas sobre periferia, critérios utilizados na abordagem da periferia, editoria ou temática da notícia, categorização (percepção negativa ou positiva), tempo do boletim e observações.

Dia 04/11 - Segunda-feira:

Notícia 1: boletim de trânsito que avisa sobre lentidão por conta de obras na Manoel Elias (avenida passa pelos bairros Jardim Leopoldina, Mário Quintana e Morro Santana), além de um acidente em atendimento na Dante Ângelo Pilla, na rótula com a Silvestre Félix Rodrigues (Bairro Costa e Silva). Essa última informação o repórter refere que o ponto fica localizado na zona norte de Porto Alegre, mas não dá mais detalhes sobre a gravidade do acidente ou o estado de saúde dos envolvidos. As notícias se caracterizam pela prestação de serviço para alertar quem passa pela região sobre possíveis congestionamentos, o que se encaixa no critério de noticiabilidade de **relevância**. Dessa forma, poderia-se ter uma percepção neutra acerca do boletim. Ao mesmo tempo, o acidente indica uma **infração**, uma ocorrência de percepção negativa.

Critério de noticiabilidade: relevância e infração.

Categoria: prestação de serviço e factual — percepção neutra e negativa.

Notícia 2: Apresentador utiliza a chamada “Soldado que morreu durante assalto é sepultado em Porto Alegre”. A repórter começa o boletim identificando o soldado, jovem de 19 anos, e dando a informação que ele foi sepultado. Depois, relata as informações do assalto que ocorreu na Rua Antônio João Francisco, na Zona Norte (bairro Costa e Silva) e resultou na morte do soldado. O critério de noticiabilidade usado é o da **morte** pela temática da editoria de polícia, que retrata problemas na segurança pública, mas tendo como “gancho” o sepultamento do soldado. A reportagem faz um breve perfil da vítima, que “pretendia seguir carreira militar, mas, na noite de sábado, saiu da casa dos pais e foi até a residência de um amigo. Eles estavam em frente a essa casa na Rua Antônio João Francisco, na

Zona Norte aqui de Porto Alegre, quando foram abordados pelos assaltantes”. O boletim encerra com o posicionamento da Polícia Civil de que não serão divulgados dados da investigação.

Critério de noticiabilidade: morte e continuidade.

Categoria: polícia — percepção negativa.

Dia 05/11 - Terça-feira:

Notícia 1: Âncora chama reportagem com o texto “Integrante de quadrilha que explodiu caixa eletrônico em empresa no norte do Estado é preso em Porto Alegre”. O repórter, então, entra com a informação: “foi preso nesta manhã, Macedo, no bairro Rubem Berta, Zona Norte de Porto Alegre. Ele é foragido da Polícia Civil e, no início de outubro, ele explodiu um terminal bancário na sede da empresa BRF em Serafina Corrêa, no norte do Estado, empresa que atua no setor de alimentos”. A reportagem cita ainda que a quadrilha tem pelo menos mais quatro integrantes que são procurados. A prisão do homem virou notícia por conta do critério de **continuidade**, uma vez que a explosão de caixas eletrônicos dentro da empresa já tinha sido noticiada pela emissora. O crime, além de ser uma infração, tem características de ineditismo e de um escândalo, já que explosões em roubos a agências bancárias costumam preocupar a população - sendo assim, uma percepção negativa. Mesmo que o assalto tenha ocorrido em outra cidade, a prisão aconteceu no bairro Rubem Berta, considerado neste trabalho como região periférica. A detenção pode ser vista como algo positivo, mas, na construção da imagem da região reforça estereótipos sobre os sujeitos periféricos, sendo assim, classificada como uma percepção negativa para os objetivos do presente trabalho.

Critério de noticiabilidade: continuidade.

Categoria: polícia — percepção negativa.

Notícia 2: A chamada utilizada pelo apresentador é “Grêmio vai poder assumir obras do entorno da Arena”. O repórter chega a citar que uma das responsabilidades da equipe seria a duplicação da Avenida A. J. Renner, localizada no Bairro Humaitá, onde fica o estádio do tricolor gaúcho. Mesmo assim, a notícia envolve mais o interesse das empresas que têm apartamentos para vender no complexo. Acaba

que a reportagem vira mais sobre o impasse envolvendo a compra da Arena e a possibilidade de o Grêmio assumir a gestão do estádio, agora a cargo da OAS. Neste caso, a interpretação é que o critério de noticiabilidade desse boletim é a **notoriedade** do Grêmio, sem poder ser considerada, de fato, uma notícia que aborda a periferia de Porto Alegre.

Critério de noticiabilidade: notoriedade.

Retirada da abordagem de periferia.

Dia 06/11 - Quarta-feira:

O Chamada Geral 1ª Edição teve notícias do trânsito, também tratou de economia e política, mas nenhuma localidade periférica de Porto Alegre foi mencionada durante o programa neste dia.

Dia 07/11 - Quinta-feira

A edição foi marcada por notícias e desdobramentos do trânsito por conta das chuvas no Rio Grande do Sul, além de ter sido a única que começa por uma notícia relacionada a periferia.

Notícia 1: O âncora anuncia a reportagem com a chamada “nível do Guaíba segue subindo na região das ilhas. Já há alagamentos pelas ruas e água se aproxima de casas”. O repórter entra ao vivo, demarcando a presença no local onde o problema é registrado: “a sequência de cheias do Guaíba alagou ruas e terrenos nas regiões das Ilhas, onde estamos agora”. O ponto fica localizado no bairro Arquipélago, Zona Norte de Porto Alegre, uma das principais regiões periféricas da cidade. A notícia traz o relato de moradores trancados em casa, que foram ouvidos pela reportagem, e sobre a necessidade de utilização de trator para deslocamento. O boletim explica que as casas ainda não foram atingidas, mas as ruas estão alagadas e o nível do Guaíba está muito acima do normal. Por outro lado, informa que a Defesa Civil espera que ventos levem as águas nos próximos dias. O valor-notícia do boletim se dá pelo **tempo**, no sentido de eventos climáticos e suas **consequências**, e a **relevância ou interesse**, por conta do impacto na vida dos moradores da região. A percepção é, principalmente, negativa por demonstrar uma

situação precária da localidade. Ao mesmo tempo, finaliza com uma possível esperança de melhoria como positiva.

Critério de noticiabilidade: tempo, consequências, relevância.

Categoria: Factual (eventos climáticos) — percepção negativa.

Notícia 2: boletim de trânsito com destaque para os congestionamentos causados pela chuva em Porto Alegre. O repórter cita que a equipe está na Zona Norte para conferir um buraco registrado na Avenida Plínio Kroeff (que fica na divisa dos bairros Sarandi e Santa Rosa de Lima), que continua aberto após dois dias que foi relatado na emissora. A entrada ainda chama atenção para água acumulada na Bernardino Silveira Pastoriza (que volta a retratar o Sarandi e Santa Rosa de Lima) e na Rua José Pedro Boessio (Humaitá). As menções se caracterizam como prestação de serviço, ressaltando a permanência de um problema na região, ou seja, dando **continuidade** a cobertura de uma situação (neste caso, um buraco no asfalto) e alertando para possíveis **consequências** para quem passa pelo local. Assim, a percepção flutua entre neutra, por conta da prestação de serviço, e negativa, pela falta de atendimento à resolução de uma falha.

Critério de noticiabilidade: continuidade e consequências.

Categoria: Prestação de serviço — percepção neutra e negativa.

Dia 08/11 - Sexta-feira

Notícia 1: A matéria é apresentada com a chamada “Ministério Público Federal quer saber do Dnit se mudança de projeto manteve ou melhorou estrutura da nova ponte do Guaíba e se observou exigências ambientais”. A notícia começa com “ao mesmo tempo que o nível do Guaíba sobe e diminui o vão da nova ponte sobre o canal furado grande e chama atenção de quem passa pela região, o MPF encaminhou novos questionamentos ao DNIT sobre a construção da travessia”. O repórter menciona que o trecho é localizado entre as Ilhas do Pavão e dos Marinheiros, no bairro Arquipélago, mas envolve mais as autarquias do que vincula com a região. Por isso, a análise desconsidera essa notícia como relacionada à periferia e os modos de retratá-la no programa. Ainda assim, o critérios de

noticiabilidade que se encaixam são a possível **infração**, a **notoriedade** e a **relevância** para a cidade.

Critério de noticiabilidade: infração, notoriedade e relevância.

Retirada da abordagem de periferia.

Notícia 2: O âncora chama a reportagem com a frase “Preso por matar colega dentro de supermercado em Porto Alegre jovem fica em silêncio durante depoimento”. A notícia inicia com a identificação da vítima, funcionário do supermercado Zaffari da Cristóvão Colombo — que o repórter classifica como Zona Norte da cidade — que morreu por golpes de faca. O nome completo do colega que o matou também é noticiado. O boletim explica a ocorrência que se deu após o jovem pegar a faca do próprio supermercado — o que é questionado pelo apresentador. Antônio Carlos Macedo ainda comenta “segue o mistério sobre a motivação que tenha levado a esse triste desfecho dentro de um local de trabalho, um jovem matou o outro ontem a noite aqui em Porto Alegre na Avenida Cristóvão Colombo”. O principal critério de noticiabilidade neste boletim é a **morte**, mas também o **inédito** ou **escândalo**, algo que choca a sociedade, sendo assim uma percepção negativa. Entretanto, apesar de ter sido vinculado a Zona Norte, o crime ocorreu na região central, não podendo ser considerada, então, como menção à periferia. Dessa forma, nesse dia a periferia de Porto Alegre não foi abordada no programa.

Critério de noticiabilidade: morte, inédito e escândalo.

Retirada da abordagem de periferia.

Dia 11/11 - Segunda-feira

O programa contou com 21 inserções de repórteres, mas sem nenhuma notícia abordando a periferia. Entretanto, uma notícia sobre a perícia no notebook do homem que jogava ácidos em mulheres na Zona Sul foi veiculada sem citar os bairros envolvidos. O repórter relembra o caso. Os ataques aconteceram nos bairros Aberta dos Morros (considerado neste estudo como parte de periferia) e Nonoai. O critério de noticiabilidade foi a **continuidade** da cobertura de um fato que virou notícia pela **infração**, **violência** e **ineditismo**. A percepção é negativa.

Critério de noticiabilidade: continuidade, infração, violência, ineditismo.

Categoria: polícia — percepção negativa

Dia 12/11 - Terça-feira

A edição teve 19 notícias sobre economia, política, segurança pública e nenhuma menção à periferia.

Dia 13/11 - Quarta-feira

Notícia 1: A chamada da notícia é “Após colisão, carro cai em arroio na zona norte de Porto Alegre e motorista fica ferida”, dando espaço para o repórter entrar com as informações ao vivo. Ele aproveita para reforçar que está no local do acidente: “uma bancária que conduzia um veículo HB20 teve ferimentos no pescoço e reclamou de dores no peito após o carro que ela conduzia cair no arroio Sarandi, aqui na Zona Norte. A bancária está hospitalizada no Cristo Redentor, onde passa por exames. O marido dela diz que ela está bem. Imagens de uma câmera de segurança mostram um outro veículo, um Gol, cruzando a preferencial da Avenida Sarandi e aí colidindo na lateral do HB20, que foi arremessado contra o valão. O Gol rodopiou na pista e quase caiu no mesmo arroio. Nesse momento, o guincho acabou de colocar o gol em cima do guincho. Mas o HB20 que está há 3 horas no arroio tá aguardando a chegada de um munck, porque somente dessa maneira vai se conseguir tirar o veículo”. O boletim termina descrevendo como está o carro e reforçando a presença no local “aqui no Bairro Sarandi”. A notícia é considerada um factual, quando o fato jornalístico acontece no momento e tem valor-notícia a ponto de deslocar a reportagem para o local. Os critérios de noticiabilidade estão ligados ao **ineditismo** por conta do carro caído no arroio e pela **infração** que causou a colisão. Vale ressaltar que esta foi a única notícia em que foi detalhado o estado de saúde de algum dos envolvidos em acidente na periferia, apesar de ter sido apenas da bancária. A percepção é negativa.

Critério de noticiabilidade: infração e ineditismo.

Categoria: Factual — percepção negativa.

Dia 14/11 - Quinta-feira e 15/11 - Sexta-feira

Nestes dois dias, as notícias foram predominantemente voltadas para a prestação de serviço, principalmente trânsito, na saída das estradas para feriado, além de rescaldo das chuvas no estado, mas sem mencionar localidades periféricas de Porto Alegre.

Com as alterações feitas de retirada das notícias mais conectadas com a Arena do Grêmio e a Ponte do Guaíba, a retirada da matéria que foi referida com a localização incorreta e a inclusão da reportagem que não citou de maneira exposta o bairro, tem-se um novo quadro — sobre o qual recai a análise final.

DATA	TODAS NOTÍCIAS	NOTÍCIAS PERIFERIA	CRITÉRIO	TEMÁTICA/ EDITORIA	PERCEPÇÃO	TEMPO	OBSERVAÇÃO
04/11	15	2	relevância/infração morte/continuidade	trânsito polícia	neutra/ negativa negativa	40" 1'10"	-
05/11	16	1	continuidade conflito	polícia	negativa	1'41"	Retirada da notícia sobre Arena
06/11	16	0	-	-	-	-	-
07/11	23	2	tempo/relevância/ consequências continuidade /consequências	factual (eventos climáticos) trânsito	negativa neutra/neg ativa	1'30" 40"	Primeira vez que abre o noticiário
08/11	16	0	-	-	-	-	Retirada das notícias: a) supermercado localizado na região central b)Ponte do Guaíba
11/11	21	1	continuidade/infração/ violência/ineditismo	polícia	negativa	1'20"	Inclui sobre desdobramento de ataques com ácidos no Aberta dos Morros
12/11	19	0	-	-	-	-	-
13/11	19	1	ineditismo / "infração"	factual	negativa	1'10"	-
14/11	19	0	-	-	-	-	-
15/11	15	0	-	-	-	-	-

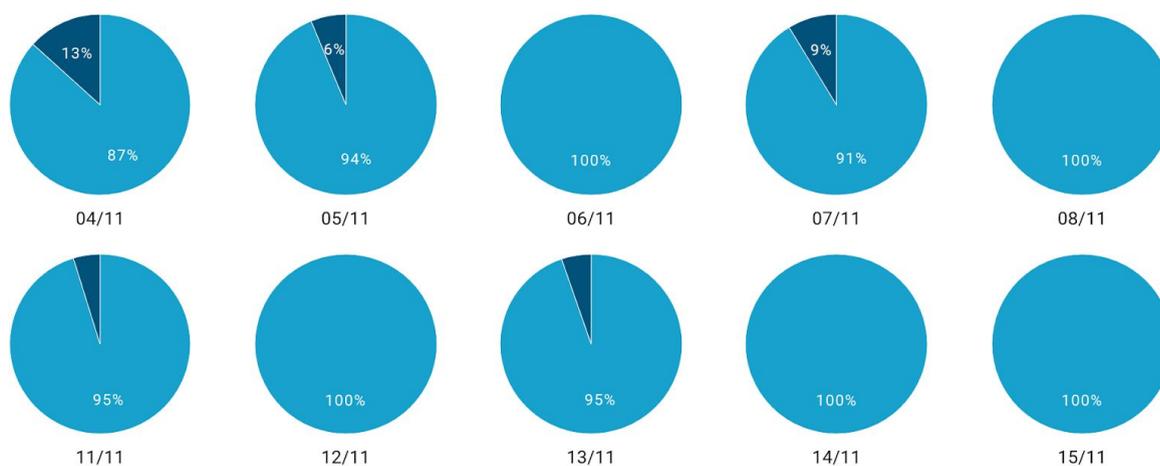
Quadro 2: Quantidade total de notícias por dia, número de notícias que abordam a periferia (após análise), editorial, categoria, tempo de boletim e observações (especificando retirada das notícias antes apontadas como sobre periferia).

Assim, em metade dos dias analisados (5) nenhuma notícia sobre a periferia de Porto Alegre foi veiculada no programa Chamada Geral 1ª Edição. Nos outros dias, os critérios de noticiabilidade identificados foram: continuidade (4), infração (3), relevância (2), consequências (2), ineditismo (2), morte (1), conflito (1), tempo (1) e violência (1). Nas temáticas ou nos editoriais das notícias, aparecem: polícia (3), trânsito (2) e factual (2), sendo um dos factuais relacionado especificamente a eventos climáticos. As percepções (ou a impressão deixada pela notícia) foram todas negativas, sendo que duas flutuavam entre neutra e negativa por conta da prestação de serviço.

Porcentagem de notícias veiculadas sobre a periferia por dia (pós-análise)

Programa Chamada Geral 1ª Edição (novembro/2019)

■ OUTRAS NOTÍCIAS ■ NOTÍCIAS QUE ABORDAM PERIFERIA



Criado com Datawrapper

Infográfico 2: Porcentagem de notícias veiculadas sobre a periferia em detrimento de outras notícias por dia após análise de conteúdo.

Após a análise, é possível perceber que a porcentagem máxima que a periferia ocupou em uma das edições do programa durante duas semanas foi de 13% no dia 4 de novembro, seguida por 9% no dia 7 e 6% no dia 5. Na segunda semana de observação, as inserções de repórteres que abordaram a periferia de Porto Alegre representaram apenas 5%, nos dias 11 e 13 de novembro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo que desempenha a função de mediação entre o poder e a opinião pública, de organizar os fatos, informando de maneira qualificada, buscando fortalecer a democracia, o jornalismo apresenta deficiências na capacidade de ruptura com a lógica de produção estabelecida, o que muitas vezes contribui com a manutenção do poder de quem já o detém. A dependência e valorização das fontes oficiais e a reprodução de notícias já veiculadas diminui o potencial de mobilização e garantia de pluralidade.

A sociedade brasileira se organiza de maneira a normalizar (enquanto que também ignora) as desigualdades sociais, afastando o diferente e colocando o periférico em uma condição de “subnormalidade”. Essa sistemática é percebida na homogeneização dos condomínios fechados, no reforço das seguranças privadas e na classificação de regiões pobres como “zonas vermelhas” — prática que impede moradores de determinadas localidades de solicitar motoristas por aplicativo a partir de determinado horário da noite. Para Silveira (2009) a “arraigada tendência da cultura política brasileira de desprezo ao periférico é assim reproduzida no cotidiano jornalístico”.

A chegada de conteúdos sobre, para ou por camadas populares aos grandes meios depende, na maioria das vezes, do trabalho dos movimentos sociais de implementar estratégias para que suas pautas sejam notadas (COGO, 2004) — esforço que vai ao encontro da ideia de Gomis (2004) sobre os interessados fornecerem os fatos — mas ainda encontra mais dificuldades. Caso contrário, meios como as rádios comunitárias e locais são os espaços onde as demandas populares são atendidas.

Nas mídias tradicionais, como visto a partir do objeto de estudo, tem-se a preponderância de notícias que abordem a periferia na editoria de polícia — mortes, prisões e crimes — ou de categorias negativas — acidentes, buracos, alagamentos. Uma vez que os critérios de noticiabilidade são baseados em consensos hipotéticos que balizam o que é considerado regular ou normal, os atos ilegítimos acabam virando notícia com frequência — como abordado neste trabalho a partir da reflexão

de Hall et al (1993). O que chama atenção, entretanto, é ser reservado ao periférico a consideração apenas dessa natureza de critérios ou, ainda, a nenhuma participação. Esse olhar burocrático do jornalismo de retratar a periferia mais se alinha com a posição dos poderes já instituídos do que com a função social que a profissão carrega. É nesta linha que Silveira (2009) aponta que o jornalismo se apropria de uma tarefa do poder ao “construir juízos através da noticiabilidade”.

Os acordos opacos da sociedade expostos na obra de Souza (2004) são evidenciados também no enquadramento das notícias uma vez que a “chaga social” de um ser periférico atrelado à marginalidade é reforçada na invisibilidade dada pelo jornalismo cotidiano e, mais ainda, ao não ser considerado nas notícias veiculadas. Isso é exemplificado quando o radiojornal estudado não aprofunda as causas de um problema, nem ouve os afetados. Das sete notícias que abordaram a periferia de Porto Alegre, apenas em duas os repórteres mencionaram as pessoas envolvidas. A primeira na reportagem que registrou alagamentos nas regiões das Ilhas, em que o jornalista cita que conversou com os moradores da região que relataram alguns dos problemas causados pelo aumento do nível do Guaíba. Na segunda, o repórter informa sobre o estado de saúde da bancária condutora do veículo que caiu em um arroio após uma colisão no Sarandi. Todavia, não foi especificado se a mulher era ou não moradora do bairro (muito menos o motorista do carro que, segundo a reportagem, causou o acidente, sobre o qual não foi dado detalhes).

Assim, mesmo que conste entre os princípios do jornalismo ouvir os “dois lados”, o sujeito periférico raramente é considerado. Isso transparece a posição distante — não só geograficamente — que vilas e favelas ocupam de terem suas potencialidades e transformações representadas na mídia. O olhar de subcidadania para os moradores desses locais é expressado até nas nomenclaturas oficiais: ao identificar uma vila, favela ou uma “moradia irregular”, o IBGE mapeia o local como “Aglomerado Subnormal” — noção que casa com a reflexão de Hall et al (1993) sobre os consensos e as “normalidades”, além de trazer à tona o que Rosa (2009) critica no caminho teórico que seguiu o conceito de periferia (sempre oposto, colocado em dualidade com a ideia de centros).

Outra questão que vale ressaltar é a problematização em volta da prestação de serviços. Sabe-se que o jornalismo de serviço é muito presente no rádio, marcado

sempre por anúncios de hora e temperatura, previsão do tempo e boletins de trânsito. Além disso, a falta de água e luz em determinados locais também entra nessa gama de informações — que são consideradas importantes para o público e, diversas vezes, possuem sentido ao serem veiculadas. Entretanto, ao retomar a função do informar qualificado, percebe-se que notícias como essas costumam ser de rápida apuração e não possuem exatamente explicações (o que muitos ouvintes buscam), o que acontece menos ainda quando esses problemas acontecem com frequência em locais periféricos. É necessário, assim, compreender que a presença desse tipo de notícia no rádio faz parte das demandas de mercado, visto que os grandes veículos de comunicação são também empresas, em que a notícia é o produto.

Mesmo assim, o Jornalismo não pode se eximir da responsabilidade que tem com o cidadão de cumprir sua função social, priorizando fortalecer a democracia, atender ao interesse público e incluir neste público todas as classes sociais. Para romper com a reprodução de estereótipos e, com a manutenção do poder centralizado nos mais ricos, os jornalistas devem reconhecer os costumes enraizados na profissão que não permitem que a barreira da desigualdade seja ultrapassada e rever a alteridade que colocam sob o ser periférico, além da criminalização da pobreza.

A contextualização dos crimes e notícias negativas, a inclusão de fontes periféricas, de visões de mundo a partir de outras perspectivas, a garantia da pluralidade, da mobilização, a valorização e a preocupação com a vida dos moradores de periferias, além da adoção de pautas positivas sobre vilas e favelas são alguns dos caminhos apontados para repensar a maneira como esses locais são retratados na mídia.

O exercício inclui comparar os critérios de noticiabilidade aplicados a outras regiões da cidade e, ainda, perceber como os crimes são noticiados em bairros considerados ricos. No dia 13 de outubro de 2020, por exemplo, “Um tiroteio no coração do bairro Petrópolis” foi o título de uma coluna da jornalista Kelly Mattos. A análise relatava o susto de um morador que passeava com a cachorra de estimação, o que também virou matéria para ajudar o homem a encontrar o animal. A

preocupação com as pessoas na rua não é compatível com os tiroteios noticiados em bairros como o Rubem Berta ou outros dos tantos citados neste trabalho.

A ruptura do imaginário social que desconsidera a periferia passa também pela garantia da diversidade das redações. O olhar não é atento para as regiões mais afastadas porque os próprios meios de comunicação não possuem no quadro de profissionais parcelas significativas de pessoas que possam trazer a perspectiva de quem presencia a cultura vivida da periferia ou de quem não trata como diferente, como o outro, os sujeitos periféricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo**. Galáxia, núm. 15, junho, 2008, pp. 13-28. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar in: Bourdieu (org.). **A Miséria do Mundo**, 1997

CASTRO, Kátia; BRUCK, Mohazir Salomão. **Radiojornalismo: retórica e vinculação social**. São Paulo: Intermeios, 2013.

CAVALCANTI, Mariana *et al.* Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime. **Anais da COMPÓS**, 2005.

D'ANDREA, Tiaraju. **Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos**. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, abr. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002020000100019&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 out. 2020. Epub 10-Jun-2020.

DA SILVEIRA, Ada Cristina Machado. **Modos de ver e devorar o outro: a ambivalência na cobertura jornalística das periferias**. Ghrebh: São Paulo, 2009.

DA SILVEIRA, Ada Cristina Machado; SCHWARTZ, Clarissa; GUIMARÃES, Isabel Padilha. **Jornalismo no “país da periferia”: noticiabilidade, ambivalência e liminaridade**. Alceu. 2016.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio [recurso eletrônico]: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

FERRARETTO, Luiz Artur. **A modernização da Gaúcha**. Porto Alegre, 2018 in Uma história do Rádio no Rio Grande do Sul <<http://www.radionors.jor.br/2018/11/a-modernizacao-da-gaucha-2018-luiz.html>> .

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 1, n. 1, p. 102-117, 2004.

GONÇALVES, Telmo. **A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo**. 2005

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir**. Porto: Editora Porto, 2003.

MARTINI, Ricardo Agostini. **Mapa da Pobreza em Porto Alegre**. Março, 2008.

Disponível em

<<https://essametamorfose.blogspot.com/search?q=mapa+da+pobreza>>.

MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio: textos e contextos - volume I**. Florianópolis: Insular, 2005.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PAGNO, Marina. **Os critérios de noticiabilidade na construção do programa Esporte & Cia, da Rádio Gaúcha**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social - habilitação Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/125984>. Acesso em: 10 out 2020.

PEDROSO, Gustavo Flores. **Cobertura global: análise dos critérios de noticiabilidade de eventos internacionais no Correspondente Ipiranga da Rádio Gaúcha.** Trabalho de conclusão (Bacharelado em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177674/001063212.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 ago 2020.

PERDOMO, Nidiane Saldanha. **A função social do Jornalismo no mercado de notícias.** Trabalho de conclusão (Bacharelado em Comunicação Social - habilitação Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/125969/000972046.pdf;sequence=1>>. Acesso em 12 mar 2020.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling (org.). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina.** São Paulo: Angellara Editora, 2004.

PINHEIRO, Leandro. **As periferias de Porto Alegre: Suas pertencas, redes e astúcias. Bases para compreender seus saberes e dinâmicas éticas.** Entrevista a Patricia Fachin. IHU On-Line, Porto Alegre, 17 ago 2016. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/558958-periferias-de-porto-alegre-contingente-populacional-supera-o-de-muitas-cidades-gauchas-entrevista-especial-com-leandro-pinheiro>>.

PORCELLO, Flávio. **O papel social do jornalismo.** Acesso online: artigo em GaúchaZh, 2015. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2015/11/flavio-porcello-o-papel-social-do-jornalismo-4904682.html>>

GAÚCHA ZH. **Rádio Gaúcha completa cinco anos como líder de audiência.**

2020. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/03/radio-gaucha-completa-cinco-anos-como-lider-de-audiencia-ck7m89w0b034401pqytn98v5o.html>

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que pensam veículos, jornalistas e leitores.** Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

REGINATO, Gisele Dotto. **Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas.** Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. 17 Nº 1. Janeiro a Junho de 2020

ROLNIK, Raquel. **Entrevista** [disponibilizada em 14 de junho de 2010]. Disponível em

<https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itaucultural/#:~:text=O%20conceito%20de%20periferia%20foi,de%20inser%C3%A7%C3%A3o%20efetiva%20%C3%A0%20cidade>
>. Acesso em 07 de outubro de 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUTILLI, Marizandra; KLÖCKNER, Luciano. **Gaúcha Atualidade: 40 anos de história no radiojornalismo (1977-2017).** São Paulo: GT História da Mídia Sonora integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia. 2017.

SABALLA JUNIOR, Léo Henrique. **A mudança do padrão de emissão na reportagem da Gaúcha: uma análise da preponderância do ao vivo na fase da convergência.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SABALLA JUNIOR, Léo Henrique; FERRARETTO, Luiz Artur. **Alterações no formato da reportagem no programa Chamada Geral, da Gaúcha, de Porto Alegre: dos anos 1980 até a contemporaneidade.** In: 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Joinville. 2018

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin.** Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade.** In: SBPJor, 2., 2004, Salvador. Anais... Salvador, 2004.

STEFFEN, Lauren Santos. **Favelas cariocas no The Guardian: a cultura vivida e as representações dos impactos das Olimpíadas Rio 2016.** Santa Maria: POSCOM, UFSM. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 3 ed. rev. 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, V. II, 3 ed. rev. 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo.** Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"; 2a edição.** Lisboa: Vega, 2001.

VELHO, Ana Paula Machado. **A linguagem do rádio multimídia**. São Paulo: Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (CISC), 2004.

ANEXO II

Fragmentos de roteiros do programa Chamada Geral 1ª Edição dos dias 04/11/2019 (1º bloco) e 05/11/2019 (blocos 2 e 3).

<p>CHAMADA GERAL PRIMEIRA EDIÇÃO - ANTÔNIO CARLOS MACEDO DATA: 4 de NOVEMBRO 2019 - SEGUNDA-FEIRA Produção: Central de Jornalismo Edição: Kathlyn Moreira -----</p> <p>LOC - Governo anuncia mudança no IPVA. Não haverá mais parcelamento, nem desconto por antecipação de pagamento, Juliana Bublitz? TEC - VIVO</p> <p>LOC - Polícia ainda tenta descobrir a motivação de homem que matou três pessoas em salão no Vale do Taquari. Cid Martins. TEC - VIVO</p> <p>LOC - Após quase 70 horas de cerco, policiais buscam oitavo integrante de quadrilha que assaltou sítio de empresário em Gramado.// Da Gaúcha Serra, Diego Mandarinho. TEC - GRAVADO</p> <p>LOC - Licitação de parte dos pardais das rodovias estaduais vai parar na Justiça. Jocimar Farina. TEC - VIVO</p> <p>LOC - Trânsito. Tiago Bitencourt. TEC - VIVO</p> <p>MANCHETES DO ESPORTE * GRÊMIO com José Alberto Andrade TEC - VIVO * INTERNACIONAL com Eduardo Gabardo TEC - VIVO</p> <p>LOC - Destaque da redação com Fernando Zanuzo TEC - AO VIVO REDAÇÃO</p> <p>- DEPOIS DO INTERVALO: Alerta de chuva forte para parte do Estado. Em seguida, o Cléo Kuhn dá a previsão completa (SÓ MACEDO)</p> <p>===== BLOCO 2 - INTERVALO DAS 11H06 =====</p>
--

CHAMADA GERAL PRIMEIRA EDIÇÃO - ANTÔNIO CARLOS MACEDO

DATA: 5 de NOVEMBRO 2019 - TERÇA-FEIRA

Produção: Central de Jornalismo

Edição: Kathlyn Moreira

=====

BLOCO 2 - INTERVALO DAS 11H06

=====

LOC - Nível do rio sobe, e famílias começam a ser retiradas de casa em São Sebastião do Caí. Bibiana Dihl.

TEC - VIVO

LOC - Previsão do tempo com Cléo Kuhn

TEC - VIVO REDAÇÃO

LOC - Novo aditivo da trincheira da Ceará prevê conclusão final da obra só em março. Jocimar Farina.

TEC - VIVO

LOC - Investigação afirma que quadrilha envolvida em sequestro de empresário em Gramado tinha armamento pesado e agia em roubos a banco em outras regiões do Estado. Anderson Aires.

TEC - VIVO

LOC - Mercado Financeiro com Kathlyn Moreira.//

TEC - VIVO REDAÇÃO

LOC - Você está ouvindo o Chamada Geral./ Um programa da reportagem GaúchaZH./ A edição é da Kathlyn Moreira./ A técnica é do Augusto Silveira, Eduardo Polidori, Rafael Manito, Rudinei Raugust e Domingos Savio./

DEPOIS DO INTERVALO: Envolvidos em fraudes em programa de agricultura familiar que prejudicaram mais de cinco mil pessoas no Estado viram réus na Justiça. (SEM REPÓRTER)

=====

BLOCO 3 - INTERVALO DAS 11H17

=====

LOC - Justiça Federal transforma em réus 14 envolvidos em fraudes em programa de agricultura familiar que prejudicaram mais de cinco mil pessoas no Estado. Humberto Trezzi.

TEC - VIVO 4744

=====

BLOCO 4 INTERVALO DAS 11H45

=====

CHAMADA GERAL PRIMEIRA EDIÇÃO - ANTÔNIO CARLOS MACEDO

DATA: 5 de NOVEMBRO 2019 - TERÇA-FEIRA

Produção: Central de Jornalismo

Edição: Kathlyn Moreira

=====

BLOCO 2 - INTERVALO DAS 11H06

=====

LOC - Nível do rio sobe, e famílias começam a ser retiradas de casa em São Sebastião do Caí. Bibiana Dihl.

TEC - VIVO

LOC - Previsão do tempo com Cléo Kuhn

TEC - VIVO REDAÇÃO

LOC - Novo aditivo da trincheira da Ceará prevê conclusão final da obra só em março. Jocimar Farina.

TEC - VIVO

LOC - Investigação afirma que quadrilha envolvida em sequestro de empresário em Gramado tinha armamento pesado e agia em roubos a banco em outras regiões do Estado. Anderson Aires.

TEC - VIVO

LOC - Mercado Financeiro com Kathlyn Moreira.//

TEC - VIVO REDAÇÃO

LOC - Você está ouvindo o Chamada Geral./ Um programa da reportagem GaúchaZH./ A edição é da Kathlyn Moreira./ A técnica é do Augusto Silveira, Eduardo Polidori, Rafael Manito, Rudinei Raugust e Domingos Savio./

DEPOIS DO INTERVALO: Envolvidos em fraudes em programa de agricultura familiar que prejudicaram mais de cinco mil pessoas no Estado viram réus na Justiça. (SEM REPÓRTER)

=====

BLOCO 3 - INTERVALO DAS 11H17

=====

LOC - Justiça Federal transforma em réus 14 envolvidos em fraudes em programa de agricultura familiar que prejudicaram mais de cinco mil pessoas no Estado. Humberto Trezzi.

TEC - VIVO 4744

=====

BLOCO 4 INTERVALO DAS 11H45

=====